



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 48

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1968

## CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 2 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 35-B-67, na Câmara dos Deputados e nº 125-67, no Senado Federal, que inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o artigo 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1968, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taitfeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha: (veto total).
- 2º Ao Projeto de Lei nº 80-B-67, na Câmara dos Deputados e nº 139-67, no Senado Federal, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares: (veto total).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do Projeto
2	2º	Totalidade do Projeto

SESSÃO CONJUNTA

Em 3 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos..

### ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 2.408-57, na Câmara dos Deputados e nº 142-64, no Senado Federal, que institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo: (veto total);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 4.052-62, na Câmara dos Deputados e nº 150-65, no Senado Federal, que fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao Serviço Público Federal: (veto total);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 455-B-67 na Câmara dos Deputados e nº 108-67, no Senado Federal, que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura: (veto total).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do Projeto
2	2º	Totalidade do Projeto
3	3º	Totalidade do Projeto.

Em 4 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos

(QUINTA-FEIRA)

### ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 456-B-67 na Câmara dos Deputados, e nº 103, de 1967, no Senado Federal, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), cria a Superinten-

dência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências;

- 2º Ao Projeto de Lei nº 3.619-66, na Câmara dos Deputados, e nº 51-65, no Senado Federal, que altera o art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).
- 3º Ao Projeto de Lei nº 112-B-67, na Câmara dos Deputados, e nº 80-67, no Senado Federal, que cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.
- 4º Ao Projeto de Lei nº 526-A-67 na Câmara dos Deputados, e nº 133-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a proceder a alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, na parte da dotação referente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1º	1º	Alínea "a" do art. 14.
2º	1º	§ 2º do art. 43.
3º	2º	Parágrafo único que seria acrescentado pelo art. 1º do Projeto ao art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.
4º	3º	Totalidade do Projeto.
5º	4º	Totalidade do Projeto.

#### CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 2 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 125-67, no Senado Federal e 35-67, na Câmara dos Deputados — Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o artigo 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1968, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taitfeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha.

Projeto nº 139-67, no Senado Federal e nº 80-67 na Câmara dos Deputados — Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

DIA 3 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 150-65 no Senado Federal e nº 4.052-62, na Câmara dos Deputados — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao Serviço Público Federal.

Projeto nº 142-67, no Senado Federal e nº 2.408-57, na Câmara dos Deputados — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos de transporte coletivo.

Projeto nº 103-67, no Senado Federal e nº 455-67, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

DIA 4 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 103-67, no Senado Federal e nº 456-67, na Câmara dos Deputados — Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

Projeto nº 51-65, no Senado Federal e 3.619-66, na Câmara dos Deputados — Altera o artigo 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Projeto nº 80-67, no Senado Federal e nº 112-67, na Câmara dos Deputados — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.

Projeto nº 136-67, no Senado Federal e nº 526-67, na Câmara dos Deputados — Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966 na parte da dotação pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas.

DIA 16 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 30-66, no Senado Federal e nº 4.071-66, na Câmara dos Deputados — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos (FINABRA).

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 3.227-65, na Câmara dos Deputados — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto nº 135-67, no Senado Federal e nº 121-67, na Câmara dos Deputados — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substâncias radicativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade aos 65 anos de idade.

DIA 25 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 58-67, no Senado Federal e nº 1.438-60, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Projeto nº 117-67, no Senado Federal e nº 607-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará.

Projeto nº 1-68, no Senado Federal e nº 315-67, na Câmara dos Deputados — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

#### CALENDÁRIO PARA AS DISCUSSÕES DOS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 10-68 (CN) — Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aquaviários, e dá outras providências.

DIA 23 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 11-68 (CN) — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados em serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

DIA 24 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 12-68 (CN) — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências.

## SENADO FEDERAL

ATA DA 33ª SESSÃO, EM 1ª DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AARÃO STEINBRUCH.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Edmundo Levi  
Lobão da Silveira  
Achiles Cruz  
Menezes Pimentel  
Duarte Filho  
Luiz de Barros  
Pereira Diniz  
Argemiro de Figueiredo  
Dylton Costa  
José Leite  
Eduardo Catalão  
Carlos Lindemberg  
Aarão Steinbruch  
Aurélio Vianna  
Fernando Corrêa

O SR. PRESIDENTE.

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte.

#### EXPEDIENTE MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, indicando nome para cargo cujo provimento depende de prévia autorização do Senado, nos seguintes termos:

Mensagem nº 106, de 1968

Nº 166-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Embaixador Aginaldo Boulitreau Frágoso, ocupante do cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer, em caráter cumulativo com a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Venezuela, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, combinados com o artigo 1º do Decreto nº 56.938 de 29 de setembro de 1965, que acrescentou o parágrafo 2º do artigo 8º do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Trinidad e Tobago.

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

2. Os méritos do Embaixador Aginaldo Boulitreau Frágoso, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 29 de março de 1968.  
— A. Costa e Silva.

#### CURRICULUM-VITAE E AMPLOS ESCLARECIMENTOS EMBaixADOR AGUINALDO BOULITREAU FRAGOSO

Nascido em Recife, Estado de Pernambuco, em 3 de março de 1907.

Ingressou no Ministério das Relações Exteriores como Adido de Legação, em 11 de janeiro de 1930; contratado em 24 de abril de 1933; Cônsul de Terceira Classe em 19 de fevereiro de 1934; promovido a Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, em 23 de março de 1936; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; Conselheiro, em 7 de março de 1949; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 8 de novembro de 1949; Ministro de Primeira Classe em 29 de abril de 1955.

2. Durante sua carreira foi designado para o exercício das seguintes funções: Adido da Legação em Montevideu, Cônsul de Segunda Classe em Berna. Segundo Secretário em Lima. Segundo Secretário em Washington. Primeiro Secretário em Washington. Primeiro Secretário em Montevideu. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Panamá. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Argentina. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Portuguesa. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Venezuela.

3. Além dessas funções, foi designado para o exercício das seguintes missões e comissões: Oficial de Gabinete do Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 1931. Serviu no Gabinete do Secretário Geral, em 1933. Membro da Comissão de Recepção ao Presidente da República Argentina, General Agustín Justo, em 1933. Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1934. Adido ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Adido à Comissão Presidencial na viagem às Repúblicas do Prata. Auxiliar da Delegação Brasileira à II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, dos Estados Americanos realizadas em Havana, em 1940. Auxiliar do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 1942 a 1944. Auxiliar da Secretaria da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, em 1942. Secretário Geral da Delegação do Brasil à Conferência Monetária-Financeira das Nações Unidas, Bretton-Woods, em 1944. Secretário da Delegação do Brasil à Conferência Internacional sobre Problemas da Guerra e da Paz, realizada na cidade do México, em 1945. Secretário da De-

legação do Brasil à Conferência da Organização Internacional das Nações Unidas, realizada em São Francisco da Califórnia, em 1945. Encarregado de Negócios em Washington, em 1945. Assessor do Delegado do Brasil à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, em 1946. Assistente do Secretário Geral da Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, em 1947. Chefe da Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores em 1949. Chefe, Substituto, do Departamento de Administração, em 1950. Chefe da Divisão do Cerimonial, em 1950. Ministro em Missão Especial nas solenidades de posse do Senhor André Martins Trusba, Presidente eleito da República Oriental do Uruguai, em 1951. Membro da Comissão Organizadora do I Congresso da União Latina, no Rio de Janeiro, em 1951. Ministro da Missão Especial para representar o Governo brasileiro nas solenidades do Cinquentenário da Independência de Cuba, em 1952. Membro da Comissão Organizadora da VIII Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres no Rio de Janeiro, em 1952. Ministro em Missão Especial, nas solenidades de posse do Presidente da República Dominicana, em 1952. Delegado Substituto da Delegação do Brasil à VII Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 1952. Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1953. Chefe do Departamento de Administração, em 1953. Embaixador em Missão Especial do Governo do Brasil nas solenidades de posse do Presidente da República do Panamá, em 1956. Chefe da Delegação do Brasil à Reunião de Salto Grande, em 1960. Delegado do Brasil à VII Assembleia Geral do Instituto Panamericano de Geografia e História, realizada em Buenos Aires, em 1961. Secretário-Geral de Política Exterior, em 1963. Chefe da Missão Especial para representar o Brasil nas solenidades de posse do Senhor Raúl Leoni, Presidente da República da Venezuela, em 1964. Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, de 17 de agosto de 1963 a 26 de setembro de 1963; de 9 de outubro de 1963 a 14 de outubro de 1963; de 24 de novembro de 1963 a 29 de novembro de 1963; de 23 de março de 1964 a 30 de março de 1964; de 1 de abril de 1964 a 3 de abril de 1964; Representante do Itamaraty no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1967; Membro da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de revisão das Normas do Cerimonial da República.

4. Verifica-se dos assentamentos pessoais do Embaixador Aginaldo Boulitreau Frágoso que:

- a) não consta deles qualquer nota que o desabone;
- b) foi ele muitas vezes elogiado pelo desempenho dado as missões e comissões que lhe foram confiadas;
- c) é casado com a Senhora Iphigênia Pessoa Frágoso, de nacionalidade brasileira;
- d) é Membro da Sociedade Geográfica de Lima.

5. O Embaixador Agninaldo Boulle-Fragoso que se encontra atualmente na Venezuela, é indicado para exercer, em caráter cumulativo com a função de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Venezuela, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Trinidad e Tobago.

A Comissão de Relações Exteriores

# MESSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Substituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados

Nº 104-63 (nº 163-68, na origem), de 29 de março — autógrafos do Projeto de Lei nº 15-68 (nº 267-67 na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 406.000,00, para atender a programa especial de migrações internas. (Projeto que sancionou transformou-se na Lei nº 5.404, de 29 de março de 1968).

Nº 15-68 (nº 164-68, na origem), de 29 de março — autógrafos do Projeto de Lei nº 142-67 (nº 464-67 na Câmara dos Deputados), que transfere a Junta de Conciliação e Julgamento localizada em Propriá para Arum, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho. (Projeto que sancionou se transformou na Lei nº 5.453, de 29 de março de 1968.)

Nº 107-68 (nº 167-68, na origem), de 29 de março — autógrafos do Projeto de Lei nº 12-68 (nº 846-67 na Câmara dos Deputados), que altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, dá outras providências.

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Congresso sobre vetos presidenciais

Nº 103-68 (nº 165-68, na origem), de 29 de março — com referência ao Projeto de Lei nº 9-67 (CN), que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE: (Aarão Steinbruch) — O expediente nº 10 vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE: (Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa, requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 310, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, regimentalmente, ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que informe sobre o seguinte:

a) Se o encerrado exercício de 1967 apresentou, ao fim de seu câmpulo, uma queda da receita real de apenas 10,7%;

b) Quais os estudos levados a efeito pelo Ministério da Fazenda, no sentido de fazer reverter em benefício do contribuinte brasileiro o fato de que, à queda da receita real verificada, e a primeira que se registra nos últimos anos, o Produto Nacional apresentou um crescimento da ordem de 5,0%;

c) Quais os critérios de que se valeu o órgão competente do Ministério da Fazenda para alcançar a conclusão de que a queda da receita real se fixou em 10,7%;

d) Quais as providências já tomadas pelo Ministério da Fazenda, a fim de tornar efetivo um processo eficaz para acelerar a recuperação dos níveis de produção do setor industrial e decorrer d'opresente ano, com base alívio da carga tributária que re-

presenta o decréscimo da receita real registrado, em 1967, no Produto Nacional?

Sala das Sessões, em 1º de abril de 1968. — Senador Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O requerimento lido independe de apoioamento ou deliberação do Plenário. De acordo com o art. 213 letra d do Regimento, será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Resolução nº 27, de 1968

Aposenta Lydia das Dolores Matta, Enfermeira, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentada, nos termos dos artigos 100, § 1º e 101, item I, alínea "a", da Constituição do Brasil, combinados com os artigos da Resolução nº 6, de 1960 e 1ª da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Enfermeira, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado, Lydia das Dolores Matta.

Justificação

Após 30 anos de serviço, Lydia das Dolores Matta, solicita sua aposentadoria.

Trata-se de servidora que prestou a esta Casa excelentes serviços com grande dedicação e competência.

Assim, submetemos a consideração do Plenário o presente processo.

Sala das Sessões, em 1 de março de 1968. — Gilberto Marinho — Pedro Ludovico — Rui Palmeira — Aarão Steinbruch — Caltete Pinheiro — Guido Mondin — Raul Gruberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O projeto que acaba de ser lido, de autoria da Comissão Diretora, não depende de apoioamento, nem de deliberação do Plenário. De acordo com o § 3º do Art. 102, será publicado e incluído oportunamente em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 284-68, de autoria do Senador Raul Gruberti, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

Nº 285-68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, ao Ministério das Minas e Energia;

Nº 291-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Agricultura;

Nº 292-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Justiça;

Nº 293-68, de autoria do Senador Mello Brago, ao Ministério dos Transportes;

Nº 294-68, de autoria do Senador Raul Gruberti, ao Ministério da Agricultura e

Nº 295-68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos, o primeiro dos quais o nobre Senador Carlos Lindenberg a quem dou a palavra.

O SR. CARLOS LINDBERBERG:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores chegamos de Vitória — Espírito Santo — a dolorosa notícia do falecimento, dia 28 último, do ilustrado e eminente Mé-

dico Dr. Afonso Schwab, que durante cerca de quarenta anos, exercia aqui, qual sacerdote, a profissão que abraçou.

Homem simples e modesto, era dono daquele sexto sentido que as verdadeiras vocações imprimem naqueles que encontram o seu verdadeiro destino.

Dr. Schwab, como era conhecido, brincalhão, alegre, expansivo, muitas vezes crítico severo, amigo de seus amigos, leal a seus adversários transformava-se perante o paciente para ser apenas o médico, o insuspeito, o sábio, o quase adivinho ou magico, tais a presteza, a segurança e a certeza de seus diagnósticos. Dedicado médico ou amigo sofria com eles os seus sofrimentos, compartilhava com todos de suas alegrias.

Muitas vezes o encontrei abatido, cabibaxo e até revoltado com sua própria ciência e profissão que não conseguia o milagre desejado de salvar a vida de um amigo, de um cliente. Ao revés, tantas e tantas vezes exultava de satisfação ao salvar uma criança, um indigente cuja moléstia lhe oferecia um abasos casos difíceis e trabalhosos que só mesmo a dedicação e o saber solucionam.

A remuneração pelo seu trabalho não tinha a menor significação. Recebendo ou não, era o mesmo dedicado e incansável profissional que viajava apenas curar o doente.

Tinha por norma não receber dos amigos, parentes e agregados, e como os outros pagavam o que podiam e quando podiam, deixava ele modestíssimo patrimônio material para a família, apenas compensado pelo imenso patrimônio moral que ficou, constituído de amizades, de lembranças, de saudades, dos benefícios que nesta Terra ele espargiu às mãos cheias, sem alardes, silenciosamente.

Tinha assinalados pontos de política, gostando de fazer suas críticas e planos estratégicos para os amigos, sempre com inteligência e muitas vezes usado com pleno êxito.

Vendo seu prestígio pessoal, sua ação, inteligência e as propostas e soluções propostas, alguns amigos o levaram para a política partidária que, entretanto, não se coadunando com a sua vida, dedicada exclusivamente à medicina, aos amigos e clientes de todas as agremiações. Não se adaptou à política que não lhe proporcionou nem êxito nem alegrias. Encerrou o episódio e passou adiante.

Se aceitou alguma função pública foi por muito pouco tempo, apenas para servir. Era um profissional liberal e vivia para sua profissão, para seus livros para aplicação de seu vasto saber.

Faleceu aos 68 anos, deixando viúva Dona Zelma Novais Schwab, filha de Dona Maria do Carmo Novais e do conhecido e saudoso Engenheiro Henrique Novais que foi Senador Federal pelo Espírito Santo e exerceu neste País, cargos da mais alta responsabilidade profissional e pessoal. O casal teve apenas uma filha, Sr. Maria do Carmo Novais Schwab, notável arquiteta que figura entre os mais conhecidos profissionais de nosso Estado.

Era o Dr. Afonso Schwab, filho de Dona Adalberto Schwab e do Coronel Francisco Schwab Filho, influente político espiritocientista que além de vereador e Presidente da Câmara Municipal de Cariacica e Vitória, foi deputado estadual em várias legislações e vice-presidente do Estado, anteriormente a 1930, chefe de numerosa prole.

Senhor Presidente, Srs. Senadores. Com essas palavras, quero deixar registrado nos Anais da Casa o infausto acontecimento que sem dúvida não enluta apenas a Família do ilustre e pranteado morto, mas, toda a Família capixaba, consignado também o nosso mais sincero sentimento de pesar pela irreparável perda que acabam de sofrer sua Exma Família, to-

dos nós seus amigos e o Estado do Espírito Santo

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Tem a palavra o Sr. Senador José Leite. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurelio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ninguém ignora, neste País, que vivemos momentos decisivos e dramáticos e que os pescadores das águas turvas estão, em toda parte, observando os acontecimentos, para deles tirarem as suas vantagens.

Alguns dias antes de passar para a eternidade, um dos maiores amigos que eu tive, o meu mestre em Política, o meu conselheiro, falando comigo de claro: "há necessidade, neste País de homens de coragem" — e continuou — "que tenham a coragem de bom senso, a coragem de equilíbrio".

Nunca foram tão atuais aquelas palavras de João Mangabeira. Que os homens de coragem surjam neste País, que tenham a coragem do bom senso, a coragem do equilíbrio e que surjam eles, de qualquer lugar deste País, surjam da ARENA, surjam do PSD, surjam da ACRON, do UDEB, da UPR, da UPR, das camadas das pessoas a qualquer lugar do País, surjam, mas que surjam, e tenham as soluções para a crise que nos ameaça, contendo a quantidade de chumbo de paz para o desenvolvimento da Pátria comum.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, este momento que nos estamos vivendo, neste instante, tem um significado muito profundo. Significa, neste momento, que a situação do País é grave.

Quando os políticos cochilam, pelos cantos do Parlamento, os acontecimentos tornam-se muito mais graves da situação do que os discussões pronunciadas da tribuna. Sempre foi assim.

Quanto mais seria a situação, mais o "fuzil marmurandi", a bala que ao pé do ouvido se desenvolve.

Em tal que o momento tem muitos homens de grande responsabilidade a jogarem mais aches, mais lealdade na fornalha da inquietação.

As demonstrações de coragem surgem e eles procuram ultrapassar ou superar a crise. Sempre foi assim, é assim e não sabemos até quando terá assim.

Atual de contas, devemos compreender, devemos entender que este País a todos nós pertence; civil e militarmente, todos, temos responsabilidade perante a História e diante de nós mesmos.

Sr. Presidente, faltam dias de luta, que o problema, hoje, é mais que situacional, é existencial.

A mesma inquietação é observada em outros Países e, hoje, não se fala apenas nos subdesenvolvidos ou nos países em desenvolvimento.

Os desenvolvidos e os subdesenvolvidos se estão defrontando com o mesmo problema. A palavra mágica que desperta consciências, em toda parte da terra, é liberdade, liberdade de ir e vir, de falar e ser ouvido, de ouvir a quem fala, ter livre manifestação do pensamento, dentro dos cânones estabelecidos por uma democracia autêntica ou por democratas autênticos para a formação de um sistema de democracia autêntica.

Podemos chegar aquele momento em que, ao invés dos homens serem senhores dos acontecimentos, os acontecimentos é que irão dirigir e orientar a conduta dos homens. O povo, como o povo observa ainda, participa dos acontecimentos de um modo mais de observador; espera e, enquanto espera, prepara-se psicologicamente ou psicologicamente é preparado para as eventualidades.

Mas Sr. Presidente, quando abrimos os jornais, vemos que o preço dos combustíveis líquidos já está majorado, que o preço das gentes de primeira necessidade já está majorado, que o preço dos gêneros de primeira necessidade já está majorado, que os alugueis das casas vão ser ou já estão majorados. Tudo aumentou de preço.

Já há quem diga que o salário mínimo que acaba de ser decretado já foi consumido pelos aumentos verificados no País nos preços das utilidades. E o que leva o povo ao desespero é isto mesmo, a falta de garantias de uma vida digna de ser vivida.

Abrimos os jornais e observamos fatos inacreditáveis. Já havia verba para a construção do restaurante do Calabouço. E, agora, governos estaduais acusam o Governo Federal, cada qual se exculpando e transferindo a responsabilidade para terceiro. Estamos num País em que a mocidade não luta para ter o que comer — a mocidade estudantil luta para ter onde comer, onde alimentar-se. A paciência da juventude foi provada uma vez, duas, quatro, dez vezes. A verba surgiu e não foi aplicada.

Ninguém pode negar que há agitadores em toda parte, que há agitadores que se aproveitam das situações para atuarem. Em toda parte o fenômeno é o mesmo. E muita pessoas e políticos muito bem intencionados aproveitam-se dos acontecimentos para tentarem equacionar o problema noutras bases, também é verdade. Mas há um fato que ninguém ousou contestar até agora. É aquilo que foi revelado ao Brasil e que não pôde ser esclarecido: jamais teria partido da Guanabara aquele movimento estudantil, se as mínimas reivindicações da mocidade tivessem sido atendidas.

Há países que afirmam: não temos mais universidades porque não possuímos jovens com capacidade para nelas ingressar. No Brasil, o fenômeno é inverso: se tivéssemos mais universidades, todas elas estariam cheias, porque há sobra de moços em condições de nelas ingressar. Tudo é estranho neste País!

Sr. Presidente, lemos hoje a alteração das alíquotas imposto de circulação de mercadorias. Isso eleva hoje o custo de vida na Guanabara e nos outros Estados, onde esse aumento se fizer sentir, como se fará. E como deter-se a onda de intranquilidade pela luta do homem para sobreviver, quando essa política continua, quando não há sensibilidade para compreender-se o fenômeno que provoca a eclosão de revoltas?

Sr. Presidente, vim falar hoje por uma questão de consciência, porque todos estamos conversando uns com os outros tanto ao quanto sigilosamente, porque a preocupação é grande. O início de uma luta pode ser fácil. O seu fim ninguém sabe quando e como será. Mas estão convocados os políticos, os militares, os homens do Executivo, estão convocados pelo povo para equacionar e resolver esse problema que vem de muitos anos, mas que se agrava dia após dia. Estamos convocados todos nós. É o grande desafio que lança o povo às camadas dirigentes deste País. O povo brasileiro está cansado de ser subdesenvolvido. A origem da crise é econômica. Tudo que se vem prometendo ao povo brasileiro, há bastante tempo, não se realiza, não se concretiza, e o povo vem vindo de promessas.

Se os nossos executivos não podem realizá-las, por que prometem. Como que os responsáveis por este País, repito, de muitos anos para cá, se divertem ou brincam com a paciência de nossa gente.

Sr. Presidente, detenho-me na análise. Desejo, como político, e, particularmente, como cristão, que se encontre uma solução que contente, porque as apresentadas, até agora, nada vêm solucionando, e nada solucionam.

Se o mundo político está agitado, se está preocupado, qual a solução que se apresenta para o término da inquietação e da preocupação que a todos empelga? — É a legenda, é a sublegenda com voto vinculado. Não é apenas a sublegenda; é a sublegenda com voto vinculado, que aniquila partidos e evita a criação de outros.

Junte-se a inquietação do povo a essa outra inquietação, dos meios políticos. E, então, temos uma força enorme de protesto. Sublegenda com voto vinculado, cortando-se da vida pública do País milhares e milhares de profissionais liberais, de estudantes, de jovens, de operários, de conservadores, é colocar-se diante do povo obstáculo à edificação, neste país, de uma autêntica e verdadeira democracia!!

Onde estão os conselheiros que, ao invés de clarearem os horizontes, apresentam e criam novos problemas? E quando se está perto de resolver um, imediatamente, são criados 10, e os problemas continuam, e sempre continuam.

Sr. Presidente, houve, no dia do enterro do jovem estudante, passadas em diversos Estados do Brasil, inclusive em Brasília. Todos nós sabemos das consequências, do que houve, dos acontecimentos. E não sabemos o que está para acontecer. Por isso, iniciamos o nosso pronunciamento, pedindo que as camadas políticas do País, as camadas militares do País, os homens que estão no Executivo, sem distinção de cor político-partidária, tenham a coragem recomendada por João Mangabeira — a do bom senso e a do equilíbrio.

Não sei nem mesmo se o Brasil tomaria conhecimento dessas palavras se os responsáveis pela República ou pela res pública, a coisa pública, serão sensíveis a essas observações. Mas nós, que andamos por aí, ouvindo, comentando, apreciando a voz do povo, podemos afirmar que também esse mesmo povo está cansado exaustivo de tanta intranquilidade, de tanta insegurança, de ser esmagado tanto, nas suas reivindicações justíssimas para sobreviver, vivendo com dignidade.

Creio que ainda é tempo de se encontrar a solução.

Este País tem uma capacidade de recuperação imensa. O nosso Cristianismo tem suas raízes na filosofia humanista pregada pelo próprio Filho do Eterno. O nosso povo sempre foi receptivo, sempre aceitou entendimento, diálogo e estamos justamente no instante em que, dialogando-se, poder-se-á encontrar uma solução imediata e equacionamento dos graves problemas que serão resolvidos num tempo mais distante do nosso. Mas, há aqueles problemas que podem ser equacionados e resolvidos agora — que o sejam! E que se dê oportunidade à juventude democrática de praticar a Democracia.

Eu dizia a um grupo de jovens: para defesa de instituições democráticas, para defesa das liberdades do homem e do cidadão; para defesa de um sistema que propicia ao homem, à família, bem-estar, contem comigo! Ninguém jamais contou com o que fala para destruição de valores e a construção de um sistema ditatorial no País. Enquanto a mocidade for levada pelo ideal da construção de um estado democrático, ajudemo-la a concretizar o seu ideal; enquanto lutar para ter mais Universidades e melhores, ajudemo-la; enquanto lutar por seus restaurantes onde possa alimentar-se convenientemente, ajudemo-la; enquanto a mocidade pleitear o desenvolvimento deste País, como há pouco fez indo à Amazônia auxiliar aquela região que sofre as consequências do subdesenvolvimento, ajudemo-la.

Sr. Presidente, eu sei que os equilíbrios, em muitas fases da História, são os menos ouvidos; eu sei que muitas e muitas vezes são afastados e

substituídos pelos carbonários, mas nós devemos ter a coragem de afirmar a nossa posição, quaisquer sejam as consequências.

Ou a classe política brasileira lidera ou não lidera, orienta ou não orienta, controla ou descontrola, destruindo-se também, como vem acontecendo no desenrolar da História.

Já declaramos e reafirmamos agora, em nome do nosso Partido: para a construção do edifício democrático brasileiro, a mocidade, os trabalhadores, os profissionais liberais, querer se interessar por este problema conte conosco.

Para criar condições que atendam a todos naquilo que pleiteam conte a nação brasileira conosco. E os acontecimentos que não são apenas estudantis, estão a ditar uma nova conduta no campo político-partidário. Que o Governo cesse com a ameaça de destruir os Partidos existentes, porque — repito — com a sublegenda e voto vinculado seremos todos destruídos como partidos. E os novos não sei como surgiram e quando.

Li hoje — não sei se a notícia procede — que o ex-Governador da Guanabara, líder incontestado da Frente Ampla, não se quis pronunciar sobre os acontecimentos da Guanabara. Declarou que precisaria ser melhor informado, que não acreditava fosse o Governador da Guanabara o autor daqueles lúbricos e trágicos incidentes.

Em outro jornal, em outra oportunidade, que a Frente Ampla não se constituiria num partido político porque a Constituição o impede. Aliás, esta tese última que vinhamos defendendo da tribuna, com a Constituição atual, seria impossível a criação imediata de qualquer outra organização político-partidária. E a crise, a inquietação, no mundo político do nosso país, é fruto, hoje, da existência de apenas duas organizações político-partidárias que alienam da vida pública centenas ou milhares de cidadãos brasileiros. Com a sublegenda e o voto vinculado, o número dos eliminados aumentaria.

Logo, Sr. Presidente, não me detenho, apenas, no aspecto do calabouço. Há causas e consequências. Há causas paralelas e uma infinidade de crises, tudo desaguardo no grande estúdio da inquietação coletiva.

Não sou cassandra, muito menos partidário do cassandrismo. Mas, é um fato que os jornais revelam, que nós assistimos e deles participando, direta ou indiretamente.

Estão aí os fatos, país sem estadistas, país sem dirigentes; país sem grandes equipes, país que não pode ser despedaçado e transformado em repúblicas sem significação internacional.

Agora mesmo, Sr. Presidente, chegue-me às mãos uma notícia vinda de um universitário:

“Comunico a V. Exª que a DOPS invadiu a Universidade de Brasília, há pouco. Um revólver foi tomado pelos estudantes e os estudantes estão dispostos a devolver a arma, porém não querem fazê-lo a um agente da DOPS, mas o farão a um civil. Não querem devolver ao agente da DOPS, porque estão receosos de consequências mais graves.”

Qual a palavra do Reitor da Universidade de Brasília sobre esses acontecimentos?

Estou transmitindo a notícia que agora acabo de receber.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Verdade? Falsa? A notícia é esta. E, então, volto ao primeiro princípio: reflexão, bom senso, equilíbrio. Há meios de se convencer a mocidade, que não os da brutalidade e da violência. Também esperamos que todos, inclusive a juventude, compreendam o momento que o mundo e o Brasil vivem. Mas, quem criou o ambiente para que estes fatos tivessem aconte-

cido neste País? Quais os responsáveis primários?

O nobre Senador Edmundo Levi tem o aparte.

O Sr. Edmundo Levi — Nobre Senador Aurélio Vianna, acaba de receber um telefonema do nosso companheiro João Abrahão, que se encontra em Goiânia, comunicando ao Senador que a capital de Goiás está dominada pela violência. Os estudantes, segundo declarações do Senador Abrahão, iniciaram um comício, qual compareceram, entre outras pessoas, o eminente Arcebispo de Goiás e o Chefe de Segurança da Capital. Terminou o comício, com toda a tranquilidade e, ao dispersar-se a Polícia metralhou a mocidade. Há muitos feridos, alguns em estado desesperado. O Governo acaba de distribuir nota, atribuindo a Oposição o intuito de agitar e criar confusão mas, conforme o relato do Sr. Senador João Abrahão, o comício se processou na mais completa ordem e, como já disse, estiveram a ele presentes o Deleza Pitanga Maia, Chefe da Segurança do Arcebispo de Goiânia. Esta informação que desejava trazer a V. Exª.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Tudo ouvimos o aparte do Senador Edmundo Levi: acaba de receber um telefonema de Goiânia, de um Senador Federal que comunica a C. Exª e artífes dele no Senado, o que houve em Goiânia, no comício a que assistiram o Arcebispo Metropolitano e o Chefe de Segurança Pública daquele Estado. Não houve incidentes no comício, mas depois que acabou, quando os estudantes retiravam-se, foram metralhados pela Polícia, estando diversos feridos, alguns em estado desesperado.

Podemos ignorar esses acontecimentos? Quem vai tirar responsabilidade? A quem interessa isso? Para onde vamos nós? Onde estão os nossos líderes, particularmente os do Centro? Que informações nos trazem a Nação brasileira?

Temos, como Ministro do Interior, um homem que saiu desta Casa e dado como um civilista capaz. Quando foi uma verdadeira política civilismo. Portou-se como um civilista. Revelou-se um homem de espírito. E tenho a impressão de que particularmente para homens como que deveremos neste instante olhar, pela sua grande responsabilidade como mantenedores da ordem e defensores das instituições, porque têm o poder de decisão.

Mas, então, Srs. Senadores, quando o General Niemeyer perante a comissão de inquérito declara: — “Vou dar ordens para a prática das violências que culminaram com a morte do estudante: quando fala o aspirante que comandava o grupo, se exige da culpa e a transfere para a Aeronáutica, quando a Aeronáutica fala é para afirmar que não participa dos acontecimentos.”

Em síntese, há grupos que estão agindo por conta própria, desvinculados da chefia, quebrando o princípio da hierarquia e da disciplina?

Afinal, que há? E esta pergunta nós, Congressistas, fazemos uns aos outros. Daí termos feito aquela pausa para as conversas, uns com os outros, a fim de que se saiba alguma coisa.

Nunca houve, neste País, um massacre. As Forças Armadas se viram do povo; nunca tiveram interesse em massacrar e destruir as vidas dos civis, muito menos as suas.

Então por que esses acontecimentos se desenrolam dessa maneira. É, hoje, com derramamento de sangue de rapazes, de meninos e, até, de militares? Ouco V. Exª, Sr. Senador Arcebispo de Figueiredo.

O Sr. Argeimiro de Figueiredo — Senador Aurélio Vianna, agora mesmo eu me encontrava no gabinete de V. Exª com o Suplente do Senador Ruy Carneiro, que será empossado dentro de poucos instantes, quando uma turma de estudantes, vinda da Universidade de Brasília, nos comunicava um fato de certa gravidade: é que três agentes da Polícia invadiram a UNB,



(nº 537-B-58 na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede estímulos fiscais às indústrias de celulose, de pasta mecânica e de papel em geral e

di outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 255, de 1968, da Comissão de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 212, de 1968, do Sr. Senador Raul Giuberti, solicitando ao Banco do Brasil e à Carteira de Crédito Agrícola, através do Ministério da Fazenda, informações sobre a necessidade de se apresentar algum projeto para se obter financiamento no setor pecuário de corte bovino, bem como sobre a espécie de financiamento que poderá ser obtida no desenvolvimento do projeto.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1968 (nº 968-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que estende à Comarca de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguazes, no Estado de Minas Gerais, tendo parecer favorável, sob nº 235, de 1968, da Comissão de Projetos do Executivo.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito as nomeações de Vera Lúcia Tolendal Pacheco, Paulo Luiz Bastos Serejo, Carlota Barriuevo Martín e Lioneia de Almeida Castro, candidatos habilitados em concurso público, para o cargo de Taquígrafo de Debates.

5

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 26, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Arimar de Oliveira Freitas, Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 255, de 1968, do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre qual o montante de crédito concedido pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil S. A., como ajuda às classes produtoras, em decorrência do agravamento da situação da Agropecuária, ocasionado pelos danosos efeitos dos últimos fenômenos meteorológicos.

7

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que dispõe sobre a nevelicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica, e dá outras providências, tendo pareceres sob ns. 182, 183, 184, 185 e 186, de 1968, das Comissões: de Constituição e Justiça;

1º pronunciamento: pela constitucionalidade.

2º pronunciamento: pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Agricultura; de Agricultura; favorável com substitutivo que apresenta; de Valorização da Amazônia; favorável ao substitutivo da Comissão de Agricultura e de Finanças; favorável ao substitutivo da Comissão de Agricultura.

#### CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.

I

Projeto de Lei nº 10, de 1968 (CN) que "Dispõe sobre a utilização Facultativa dos Serviços de Despachantes Aduaneiros e dá outras providências". — Presidente: Senador José Ermírio; Relator: Deputado Leon Pereira.

#### CALENDÁRIO

Dia 2.4 — Apresentação do parecer pela Comissão;

Dia 3.4 — Publicação do Parecer; e

Dia 17.4 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos. Prazo: início 14.3.68; término: 22.4.68.

II

Projeto de Lei nº 11, de 1963 (CN) que "Altera a lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1935, promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada". — Presidente: Senador Paulo Torres; Relator: Deputado Celestino Filho.

#### CALENDÁRIO

Dia 16.4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 10,00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 16.4 — Apresentação de parecer, pela Comissão;

Dia 17.4 — Publicação do parecer; e

Dia 23.4 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21h30m.

Prazo — Início: 20.3.68; e, término: 28.4.68.

III

Projeto de Lei nº 12, de 1968 (CN) que "Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados e dá outras providências". — Presidente: Senador Edmundo Levi; Relator: Deputado Hamilton Prado.

#### CALENDÁRIO

Dia 16.4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21 horas na sala da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 16.4 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 17.4 — Publicação do parecer; e

Dia 24.4 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta às 21 horas e 30 minutos.

Prazo: Início — 20.3.68; e, término: 29.4.68.

#### COMISSÃO MISTA NA FORMA DO ART. 29, LETRA "B", DO REGIMENTO COMUM.

Comissão Mista destinada ao exame dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional". Presidente Senador Fernando Corrêa; Relator Deputado Breno da Silveira.

Dia 2.4 — Reunião da Comissão, às 10,00 horas, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Assunto: Depoimento do Dr. José Freire de Faria, Diretor do Departamento de Defesa e Inspecção da Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura.

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA.

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adocantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional e no setor da agro-indústria nacional. Presidente: Senador Milton Campos; Relator: Deputado Pedroso Horta.

Dia 3.4 — Reunião da Comissão; Local — Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Hora: 17,00 horas e 21,00 horas. Assunto — Depoimento: 17,00 horas — Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool; 21,00 horas — Diretor da Carteira do Comércio Exteriores do Banco do Brasil.

Dia 4.4 — Reunião da Comissão; Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Hora — 17,00 e 21,00 horas.

Assunto — Depoimento: 17,00 horas — Presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação; 21,00 horas — Presidente da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e do Alcool do Estado de São Paulo.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Adão Steinbruch) — Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 16 horas).

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR CLODOMIR MILLET, NA SESSÃO DE 8 DE MARÇO DE 1968, QUE SE REPUBLICA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES, NO "DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL", DE 9 DE MARÇO DE 1968, A PAGINA 533, 4.ª COLUNA.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Clodomir Millet.

#### O SR. CLODOMIR MILLET:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, antes de continuar a expender as considerações a que me propus, com respeito ao problema das sublegendas, do voto vinculado, da organização de novos partidos, tal como o fiz na sessão matutina de ontem, seja-me permitido dizer duas palavras em homenagem a memória de um administrador do meu Estado, o Prefeito de Bacabal, falecido ontem. Era político desde o tempo em que funcionavam não só duas agremiações, mas nada menos de treze partidos políticos.

Carlos Sardinha era do Partido Social Progressista, presidido por mim, no Maranhão. Eleito Prefeito em 1965 teve como companheiro de chapa um elemento da União Democrática Nacional, o Sr. Manoel Quadros, que agora assume a Prefeitura.

Felizmente, para o município não haverá solução de continuidade na obra administrativa do Prefeito desaparecido, visto que ambos, embora pertencentes a partidos diversos antes da eleição de 1965, trabalhavam em conjunto, irmanados no ideal de propiciar a Bacabal tudo o que representasse progresso, tudo o que representasse melhoramento, prestigiando as iniciativas que lhes fossem sugeridas.

Ambos, repito, Prefeito e Vice-Prefeito, trabalhavam em comum acordo pelo esboço do próspero Município de Bacabal.

Carlos Sardinha, homem das classes produtoras, exercera em seu município, inclusive a Presidência da Associação Comercial. Eleito com o Governador Sarney, era um dos melhores administradores do novo Maranhão.

Estavam programadas para os próximos dias diversas inaugurações em Bacabal, obras de vulto para um Município dos mais novos do Estado, já no rol dos maiores.

Bacabal rendia, até pouco tempo, apenas trinta milhões de cruzeiros antigos; o orçamento deste ano, segundo me informou o Prefeito ontem desaparecido, é da ordem de oitocentos e tantos milhões de cruzeiros velhos.

E me dizia o Prefeito que, este ano, esperava que a receita do Município atingisse a um bilhão de cruzeiros. Isso se deve, Sr. Presidente, à nova discriminação de rendas, ao Imposto de Circulação de Mercadorias, substituindo o antigo Imposto de Vendas e Consignações e diversos fundos de participação dos Municípios; enfim, a nova discriminação de rendas propiciou, para o nosso Estado, essa me-

lhoria nas condições de vida de seus municípios.

Rendo, portanto, com este registro, as minhas sentidas homenagens à memória de um dos melhores administradores do Maranhão nos últimos tempos, o Prefeito Carlos Sardinha.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, das considerações que expendi na última sessão, se pode fazer um resumo, dando meu ponto de vista a respeito da matéria. Sou pela manutenção dos dispositivos do atual Código Eleitoral quanto à vinculação dos votos para deputados federais e para deputados estaduais. Acho, porém, desaconselhável a extensão dessa vinculação a outras eleições, principalmente se quisermos vincular as eleições das maioritárias com as eleições proporcionais.

Será preciso fazer-se por mais algum tempo a experiência da vinculação já admitida no Código Eleitoral.

Quando o Código estabeleceu vinculação de votos para deputados federais e deputados estaduais, havia no País 13 partidos. Hoje, Sr. Presidente, há apenas dois. Já não querendo discutir o problema da constitucionalidade dessas vinculações, é preciso ter cuidado na extensão do voto vinculado a todas as eleições. E se não quiséssemos citar um dos elementos negativos que aconselhariam um pouco de cuidado na elaboração de uma lei que estabelecesse o voto vinculado em todas as eleições, bastaria citar o fato do grande número de votos que seriam anulados. Se um eleitor votasse num candidato a governador, num candidato a senador e, ao mesmo tempo em candidato a deputados federais e estaduais de partidos diferentes, teria todos os seus votos anulados, tal como ocorreu em menor proporção, quando se aplicou a vinculação de votos para deputados federais e estaduais.

Isso pode criar uma situação muito desigual, muito difícil, Sr. Presidente. A final de contas, a anulação pode ser de tal monta que o número de votos anulados seja superior ao de votos apurados. Sabe V. Exa., Sr. Presidente, o que isso representa para a legitimidade do mandato, por exemplo de um governador de Estado? Posso até acrescentar que, nesse caso, a eleição toda seria nula.

Mas, se se acrescentar, que, segundo dizem os jornais, o que se pretende é a vinculação do voto com as sublegendas, aí, então, a coisa se torna mais séria. Não vejo qual o artifício de que se possa usar para fazer válida constitucionalmente uma eleição feita com sublegendas e vinculação de votos. O meu ponto de vista é contrário, por conseguinte, à extensão da vinculação a outras eleições e formalmente contra o estabelecimento do voto vinculado com a instituição da sublegenda nas eleições que se realizarem em 1970.

Sr. Presidente, hoje pretendo analisar o problema da sublegenda em face do Ato Complementar que a instituiu, expressa e definitivamente, que é o Ato Complementar número 37, no artigo 4º que diz o seguinte:

"Nas eleições diretas poderá ser admitido o registro de candidatos à sublegenda, desde que requerido por um terço das respectivas Comissões Diretoras competentes para fazê-lo".

Sr. Presidente, está em vigor ou não está em vigor o Ato Complementar número 37? No meu entender, não. Depois que foi promulgada a Constituição de 1967, em 24 de janeiro de 1967, não podem prevalecer os atos complementares, muito menos os atos institucionais, principalmente os atos editados depois da promulgação da Constituição.

Diz-se-á que o Ato Institucional número 4, que estabeleceu as normas

e condições para a votação da reforma da Constituição, prorrogou até o dia 15 de março de 1967 a atribuição do Sr. Presidente da República para baixar atos complementares. Com efeito, o artigo 9º, do Ato Institucional número 4, diz o seguinte:

"O Presidente da República, na forma do artigo 30, do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, poderá baixar atos complementares, bem como decretos-leis, sobre matéria de segurança nacional, até 15 de março de 1967".

Pareceria uma novidade, porquanto o Ato Institucional número 2, que no seu artigo 30 dava ao Sr. Presidente da República a faculdade de baixar atos complementares, teria vigência até 15 de março de 1967. Então se o Ato Institucional nº 2 já tinha sua vigência até 15 de março de 1967, não haveria por que um ato institucional posterior lembrar isto ou fixar, mais uma vez, essa atribuição do Presidente da República até esta data: 15 de março de 1967.

Note-se bem que o artigo 9º do Ato Institucional número 4, não fala na prorrogação desse prazo para o Sr. Presidente da República baixar atos complementares, na forma do artigo 30 do Ato Institucional número 2. Apenas atribui ao Presidente da República a prerrogativa de baixar atos complementares "do presente", ou seja, do Ato Institucional número 2. Por conseguinte, não há, no Ato Institucional número 4, a faculdade atribuída ao Presidente da República para baixar atos complementares daquele Ato número 4.

E' um argumento que trago à consideração dos doutos desta Casa para o exame da matéria. Por conseguinte, o que está valendo é o Ato Institucional número 2 e não o Ato Institucional número 4, e assim que todos os atos complementares, inclusive o de número 37, são baixados pelo Presidente no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional número 2, de 1965.

O Ato Institucional número 2 apenas extinguiu os partidos políticos, simplesmente isso. O Ato Complementar número 4 facultou a criação de organizações provisórias com atribuições de partidos políticos. Esse mesmo Ato número 4, e os seguintes, números 9 e 29, facultam a admissão de sublegenda.

O Ato Complementar número 37, baixado e editado no uso das atribuições que ao Sr. Presidente da República conferia o artigo 30 do Ato Institucional número 2, não faz qualquer referência ao Ato Institucional número 4 e foi graças a este Ato Institucional número 4 que se pôde votar a Constituição hoje em vigor.

O Ato Institucional número 4, dizia claramente, expressamente que o projeto de reforma deveria estar votado até o dia 21 de janeiro para ser promulgado a 24 de janeiro.

Não valeria o ato quando deveria estar já em vigor a Constituição, se foi a própria Constituição que estabeleceu a sua promulgação a 24 de janeiro, como dizia o Ato Institucional número 4 embora determinasse a sua vigência a partir de 15 de março de 1967.

Ora, a Constituição não validou os atos complementares e outros atos baixados pelo Presidente da República depois de 24 de janeiro.

Então o raciocínio é o seguinte: o próprio Ato Institucional nº 4 estabeleceu que seria a Constituição promulgada a 24 de janeiro. E' verdade que não acrescentou que a Carta só vigoraria a partir de 15 de março. Claro, porém, que a sua promulgação significava o fim da sua elaboração e a certeza de que o país teria, daí por diante, a sua Constituição.

Então, o Ato não previu que o Presidente da República pudesse, depois

disso, estar baixando atos institucionais ou complementares.

Se a Constituição, entretanto, num dos seus dispositivos, declarou que, mesmo promulgada em 24 de janeiro só entraria em vigor a 15 de março, este fato, por si só, não dá autoridade ao Sr. Presidente da República para editar novos atos complementares, institucionais ou o que fosse, a partir da data da promulgação da Constituição, porque se a Constituição quisesse dizer que o Sr. Presidente da República ficaria ainda com a faculdade, até 15 de março de 1967, de baixar atos complementares, teria dito isso expressamente. Se não o disse, tem de se entender que, a partir daquele momento, a faculdade que teria o Sr. Presidente da República, teria cessado.

Não podia o silêncio da Constituição a esse respeito, ser interpretada como permissão tácita dada ao Sr. Presidente da República para baixar atos complementares mesmo porque se o Ato Institucional número 2, num dos seus dispositivos diz — artigo 33:

"O presente Ato Institucional vigorará desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais, em contrário".

Está claro que a revogação ali prevista se referia a disposições da Constituição em vigor àquele tempo ou seja, a de 46 e não podia mesmo pretender-se que o AI 2 estaria revogando disposições da Constituição de 67 que, naquele tempo, não se sabia se seria votada naquele ano ou quando.

Por conseguinte, Senhor Presidente, dentro do meu raciocínio, a partir de 24 de janeiro de 1967, não mais tinha o Sr. Presidente da República a faculdade, que lhe era atribuída pelo Ato Institucional número 2, de baixar ou editar Ato Complementares e muito menos Ato Institucionais, principalmente tendo-se em conta que o Ato Complementar é baixado ou editado de acordo com a atribuição do próprio Ato Institucional número 2.

Assim, no meu entender, este Ato não vale, não tem mais valor, ou não teve valor nenhum, porque ele foi editado a 14 de março e publicado a 15 de março no mesmo dia em que entrava em vigor a Constituição.

E' o que procurarei demonstrar dentro em pouco.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Ouço o aparte com que me quer honrar o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Agradeço a atenção de V. Exª em me conceder oportunidade para uma intervenção. Está V. Exª se referindo à competência do Presidente da República, no tocante aos Ato Institucionais. Jurista como é, e brilhante, os seus argumentos me estão impressionando profundamente, mas eu queria ir além — V. Exª me permite — para dizer que Ato Institucional que poderá ter alguma validade, no meu entender — e V. Exª, estudioso e culto como é, há-de compreender o significado do meu argumento — Ato Institucional válido, dada a eclosão do movimento revolucionário que alterou a estrutura, a ordem jurídica do país, a meu ver, só o primeiro pode ser, na verdade, matéria da competência do Presidente da República como Chefe da Revolução investida em Poder Constituinte. Veja V. Exª o Ato número 1 se não me engano, porque não tenho todos aqui em mãos para fazer referências à data, mas o Ato número 1 é que, na verdade, sob aspecto jurídico, histórico constitucional, é o Ato Institucional válido porque a Revolução, depois da eclosão do movimento revolucionário, se investiu em seu Poder Constituinte, e, por essa forma, e com esse direito assegurado

inicialmente pela força, elaborou o Ato Constituinte. Esse Ato Constituinte, o Ato da Revolução firmado por todos os Ministros que promoveram a Revolução tem a data de sua vigência precisa, a data clara fixando o tempo de vigência da competência do Presidente da República para promover as reformas institucionais. De modo que, terminado o período de vigência estabelecido pelos órgãos da Revolução, de vigência da competência, digamos assim da competência do Poder Constituinte ou seja, do Poder revolucionário, não mais poderia o Presidente da República editar atos institucionais porque a sua competência estava extinta. V. Exª há de verificar que o Ato Institucional nº 1, exatamente o Ato originário da Revolução, manda ficar em vigor a Constituição de 46, a não ser nos pontos que foram alterados naquele ato constituinte. Ora, feito isso, com essa Carta, esse diploma revolucionário que refletia a competência ao Poder Constituinte, não mais poderia o Presidente da República, sozinho ou com a anuência, a solidariedade de algum Ministro, editar novos atos institucionais. Porque ali já estava em plena vigência, em pleno vigor a Constituição de 1946, de vigência assegurada pelo Ato Institucional número 1. Consequentemente, ela só poderia ser alterada pela forma estabelecida nessa mesma Constituição, isto é, na de 1946. Ora a reforma, através de processos legais constitucionais, a faculdade, a competência do poder constituinte já se tinha exaurido no primeiro Ato Institucional decretado.

Talvez a discussão seja mais teórica, a esta altura, porque estamos já na vigência da nova Constituição de 1967, que, é na verdade, quem está garantindo nossos passos, até que seja modificada pela clarividência sobretudo, dos homens do Governo.

O SR. CLODOMIR MILLET — Agradeço o aparte do nobre colega e lamento não poder concordar, a esta altura, como muito bem diz V. Exª com os argumentos que expende a respeito da matéria.

E' que, Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, o Ato Institucional número 4 foi o que convocou a nossa ação como constituintes para elaborar a Constituição — a Constituição de 1967. Resultou justamente disto: de um ato do Sr. Presidente da República, enviando para o Congresso, um projeto de reforma da Constituição, no qual estabelecia normas até para votação desse projeto.

Votada a Constituição, Sr. Presidente, o que vale é a Constituição. E' esta Constituição garante a validade de todos esses atos, tanto que são considerados aprovados e não são susceptíveis de apreciação judicial.

Por conseguinte, vê V. Exª que, a esta altura não podemos discutir, porque temos que acatar a situação de fato...

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exª há de considerar que terminei meu aparte dizendo que hoje não adianta mais nada diante a Constituição de 1967, mas salientei o fato para pôr em realce o arbitrio com que se agiu naquela fase discricionária.

O SR. CLODOMIR MILLET — Compreende e louvo a intenção de V. Exª, e a esse respeito verifico que estamos inteiramente de acordo, porque todos nós devemos ser obedientes à Constituição que nós próprios votamos.

Mas, Sr. Presidente, a Constituição, no seu art. 173, tal como acabei de dizer, estabelece expressamente o seguinte:

"Art. 173. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — pelo Governo Federal, com base nos Ato Institucionais número 1, de 9 de abril de 1964; nº 2,

de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Ato Complementares dos mesmos Ato Institucionais;"

Isto quer dizer que as medidas adotadas com base nos Ato Institucionais e Ato Complementares são aprovadas e são excluídas de apreciação judicial.

Ora, Sr. Presidente, isto quer dizer que, à data da promulgação desta Constituição, as medidas adotadas com base nestes Ato estariam aprovadas de plano, e não se permitiria a apreciação judicial sobre elas. Estas medidas adotadas em função ou com base nestes Ato.

Mas a Constituição não iria, absolutamente estabelecer que as medidas tomadas em função de novos atos baixados daí por diante seriam aprovados no escuro, e se tiraria do Poder Judiciário o direito de examiná-los. Nem poderia fazer isso. A Constituição não poderia sacar sobre o futuro. Ela diz justamente o que dizia a Constituição de 1934. Tudo que se tiver feito até ali estava valendo. Ninguém poderia reclamar, nem o Judiciário poderia intervir, porque as medidas adotadas pelo Governo revolucionário foram com base na legislação revolucionária. E a Constituição chance-lou tudo isso.

Não se pode, entretanto, compreender ou admitir que a Constituição fosse autorizar a emissão de novos atos e muito menos fosse assegurar sua validade, e tirar essas medidas de qualquer apreciação judicial, sem que elas tivessem sido adotadas até ali.

Por conseguinte, Sr. Presidente, no meu entender esse Ato Complementar e tudo o que dele decorrer não tem qualquer valor. E, se o Governo continua a lhe dar valor, ou mesmo que queiramos dar-lhe valor, a Justiça poderá ser chamada a opinar sobre a matéria e dar a última palavra a respeito de seu valimento, de sua vigência em face da Constituição, ou do valor que possam ter as medidas adotadas em função dele.

Penso que este pensamento não é só meu, particularmente no que diz respeito a esse artigo, porque, se o meu partido, a ARENA, entendesse que estava valendo essa disposição do Ato Complementar número 4, não ia, a esta altura, estar trabalhando tanto para fazer uma lei que institua a sublegenda, porque a sublegenda já estaria instituída em Ato Complementar.

Viria então um problema novo: poderia uma lei ordinária alterar o que está na lei complementar? O que é esse Ato Complementar, na hierarquia das leis se não uma lei complementar? Tratava-se de um ato complementar ao ato institucional e equivaleria, portanto a uma lei complementar.

Então, temos que admitir que, se o ato estiver valendo e se uma lei tiver que alterar o que está disposto neste ato, terá que ser uma lei complementar, e lei votada por maioria absoluta, nas duas casas do Congresso Nacional. O meu partido certamente não querará isso por se arriscará a não ter aprovada a instituição da sublegenda por não contar com essa maioria absoluta.

Assim, a própria ARENA reconhece que não está em vigor o Ato. E tanto reconhece que está querendo fazer uma lei que não venha com caráter de complementar, para instituir a sublegenda, não nos moldes do que está contido no art. 4º do Ato Complementar nº 37: sublegenda apenas permitida se for requerido por 1/3 dos membros do Diretório, mas sublegenda facultada se também requerida por deputados, senadores, membros do Diretório, convenção do partido. Enfim, não sei por que maneiras se deverá instituir as sublegendas. Parece-me, porém, que o interesse do meu partido é no sentido de que elas possam ser



requeridas não apenas por 1/3 do diretório, senão mesmo por apenas 20 ou 25% dos membros do diretório ou da Convenção e ainda por 20% ou 25% da representação regional do Partido no Congresso ou na Assembleia Legislativa.

Isso parece evidente. Tanto é assim, que outro artigo desse ato complementar número 37, artigo 5º, diz o seguinte:

"Os Senadores e Deputados Federais e estaduais são considerados membros natos das respectivas comissões diretoras regionais."

Esse artigo, para ser considerado válido pelo meu partido, foi preciso que fosse incluído numa lei que votamos há pouco, prorrogando o prazo para a eleição dos diretórios municipais. Parece-me que nessa lei mudamos o nome "comissão diretora" para "diretório" e estabelecemos que nós, os membros do Congresso Nacional, seríamos membros natos dos diretórios. O MDB não incluiu isso taxativamente nos seus estatutos. O nosso partido até agora não fez a reforma dos seus, como a lei obriga. Os estatutos do MDB foram feitos ao tempo do Ato e não da lei que votamos e que repetiu o que estava no art. 5º do Ato Complementar nº 37.

Sr. Presidente, se não está mais em vigor o Ato Complementar nº 37, se as forças políticas, mesmo as do governo, tacitamente repudiam o Ato, tanto que querem admitir a sublegenda através de lei ordinária temos que examinar agora o projeto de lei que deve vir por iniciativa do Sr. Presidente da República.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — Sentimos que V. Exa. é favorável à instituição da sublegenda.

O SR. CLODOMIR MILET — Já declarei o meu ponto de vista a esse respeito. Acho que a sublegenda é constitucional. Dependendo da maneira por que a lei a estabeleceu, poderemos chegar até a não aprovar, por se tornar inconstitucional. Mas, no fundo, a sublegenda não tem minha desaprovção. Aceito e admito a sublegenda como uma medida de caráter transitório, uma vez que só temos dois Partidos em funcionamento. Aceito a sublegenda como uma necessidade para que grupos que se constituam em minoria dentro de um Partido possam fazer-se representar à revelia da direção do Partido, que controlando este, impeçam a sua representação.

Neste sentido aceito a sublegenda e esclareço mais a V. Exa. que, nas conversas que tive com ilustres colegas sobre o assunto, cheguei a dar o meu ponto-de-vista ainda mais formal, aceito a sublegenda se for instituída na lei que alterou ou modificou o Código Eleitoral, de cuja adoção figure na lei que adaptar a atual Lei Orgânica dos Partidos Políticos aos dispositivos da Constituição de 1967. Acho mesmo que seria errado fazer-se uma lei especial apenas para permitir a sublegenda. O Senhor Senador Carvalho Pinto está aqui e conhece o meu ponto-de-vista. Deve-se fazer a reforma do Código Eleitoral, da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e aí, se fosse do entendimento geral, poder-se-ia incluir a sublegenda.

O Sr. Aurélio Vianna — Já tivemos sublegendas em caráter temporário. Eu, às vezes, me pergunto a mim mesmo, porque não tenho desejo de perguntar a terceiros, se a sublegenda é antidemocrática, se a sublegenda fere os princípios da atual Constituição, se a sublegenda é uma necessidade nacional. Não discuto em termos regionais. Temos aqui colegas que foram eleitos em virtude da existência da sublegenda. Eles não aban-

donaram o seu partido e nós consideramos que a sua eleição é tão legítima quanto outra qualquer. Mas não é esta a análise que se deve fazer do problema. A sublegenda virá ou não impedirá a criação de novos partidos? Porque, rapito, ela já existiu em caráter temporável, e agora se deseja voltar à sublegenda. O que se diz, realmente, à boca fechada, e não se deseja proclamar a céu aberto, é que esta questão da sublegenda surgiu em virtude da necessidade de serem acomodados diversos candidatos dum mesmo partido, que disputam governos estaduais. Se fosse resolvido esse problema imediatamente desaparecerá a luta para o estabelecimento da sublegenda. Acontece que praticamente todos os governadores são governistas, e a luta está-se ferindo lá naquela área, entre governadores que desejam impor seus candidatos e políticos da área governista que não desejam, de maneira nenhuma, aceitar essa imposição, pelo que, lutam contra essa imposição. O temor de muitos é que a instituição da sublegenda irá realmente prejudicar o pluripartidarismo, a existência de outros partidos, porque as acomodações serão de tal molde, de tal natureza, que dificilmente outros partidos surgirão neste País, por muitos anos, a não ser por uma revolução, um golpe ou uma quartelada. Este é o ponto. Não se discute muito sobre se prejudica. Por exemplo, nós, da Oposição, temos diversos Estados onde se a sublegenda for estabelecida o resultados das eleições para a Câmara Federal e Senado da República, particularmente, nos seriam favoráveis. A nossa objeção se faz mais por motivos doutrinários e de ordem até mesmo constitucional, e por isso é que também vemos diversos colegas, que pertencem a esses Estados onde oposição, facilmente seria favorecida com a instituição da sublegenda, lançarem-se contra ela, doutrinária e constitucionalmente falando. Aqui mesmo há colegas da oposição que ficariam satisfeitos em encarando-se o problema quanto aos seus interesses político-eleitorais, interesses pessoais, se a sublegenda passasse, porque esta seria a sua única oportunidade. Mas, a questão é doutrinária e é, também, constitucional.

O SR. CLODOMIR MILET — Agradeço o aparte de V. Exa. Mais adiante irei tratar da parte que diz respeito à organização dos nossos partidos.

Não acredito, robre Senador, que a instituição da sublegenda possa prejudicar ou proferir por muito tempo a instalação de novos partidos no País.

Se, até agora, não se abriu a possibilidade da criação de novos partidos políticos, isso se deve talvez mais ao partido de V. Exa. do que ao nosso.

O Sr. Aurélio Vianna — Por que?

O SR. CLODOMIR MILET — V. Exa. há de convir que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos estabeleceu a maneira de se organizarem os partidos.

O Governo pelo Ato Institucional número 2 extinguiu os partidos políticos e, logo depois, por um ato complementar facilitou a criação de duas agremiações provisórias. No mesmo ato, estabeleceu as condições para o registro definitivo dos partidos, cuja qual devendo fazer prova de que fizera determinado número de Deputados e alcançara tal quantitativo eleitoral nas últimas eleições.

Os dois grandes partidos, imediatamente, se aproveitaram disso e registraram-se em definitivo na Justiça Eleitoral.

O Sr. Aurélio Vianna — Era a única maneira.

O SR. CLODOMIR MILET — Veio a Constituição de 67 e modificou as normas para a instituição de partidos políticos, não no seu sentido geral,

mas apenas quanto a determinadas particularidades. Por exemplo, onde se dizia 3% do eleitorado para a organização do partido, hoje se diz 10%; onde se dizia 12 Deputados para que o partido continuasse existindo — precisava ter eleito na última eleição 12 Deputados federais em 7 Estados — hoje se diz 10% de Deputados e 10% de Senadores.

Mas, isto está dependendo de regulamentação, é uma lei que teremos de votar alterando a Lei Orgânica dos Partidos.

Nesta oportunidade, quero dizer a V. Exa., Senador Aurélio Vianna, que o Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com a Lei Eleitoral, tem atribuições para regulamentar as leis que disciplinam a vida partidária e as eleições neste País.

Ora, até hoje, não foi regulamentada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O Partido de V. Exa. poderá dirigir-se ao Tribunal Superior Eleitoral e pedir que regularmente imediatamente, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e o TSE terá de fazê-lo já agora em face das novas disposições da Constituição. O Tribunal Superior Eleitoral, em matéria de interpretação da Constituição, sob o ponto de vista eleitoral, funciona como Supremo Tribunal Federal. Por conseguinte, se V. Exa. achar, por exemplo, que o seu Partido não deve procurar o Tribunal Superior Eleitoral, o meu é que não irá procurá-lo, evidentemente, porque não tem interesse nenhum na criação de outros Partidos. O nosso Partido, se forem criados outros perderá alguns de seus elementos, mas o Partido de V. Exa. sofrerá, também, grandemente, a perda de muitos elementos para o novo Partido.

Eu, como integrante da ARENA, ao fazer a provocação oficial ao Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que faça a regulamentação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, fazendo incluir nas instruções, as modificações da Constituição Federal a esse respeito, com isso, presto grande serviço ao Partido de V. Exa.

Se o Tribunal Superior Eleitoral baixar essas instruções em curto prazo, ninguém mais poderá reclamar, aqui, contra o fato de não se terem organizado partidos políticos, principalmente sob alegação de que a lei não o permite, ou o Governo assim não quer. E V. Exa. irá sentir que muitos elementos do seu Partido serão arrebanhados para um novo partido por exemplo a Frente Ampla, que terá de se definir e com toda possibilidade de se fazer registrar como partido político.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. deve saber que a Frente Ampla não está arrebanhando apenas elementos do MDB.

O SR. CLODOMIR MILET — Mas, é claro, a maior parte.

O Sr. Aurélio Vianna — Mas, no Partido de V. Exa. inclusive a grande maioria do outro lado, em potencial é que está mesmo prestigiando o movimento. V. Exa. não tenha dúvidas quanto a isso. O interesse para criação de outros Partidos é o interesse dos legítimos democratas que acham que num País, principalmente como o nosso, com cerca de noventa milhões de habitantes, não podemos continuar jungidos a uma lei que, se permite a criação de novos partidos, teoricamente, de fato proíbe que esses novos partidos sejam criados. Então, V. Exa. tem dois partidos que se concentram cada qual em verdadeiras federações, com elementos contrários ideologicamente em cada um deles, originando uma luta interna terrível, e a saída que V. Exa. estão encontrando para tal estado de coisa é a sublegenda. Inclusive porque V. Exas. temem mais do que qualquer outra organização política, a criação de novos partidos. Tanto assim é que V. Exas. que saíram do ventre da revolução, V. Exas. estão com a revo-

lução, que eliminou todos os partidos criados ou permitindo a criação de apenas dois em virtude da Lei que de tal maneira — e V. Exas. a conheceram muito bem que dificilmente outros partidos poderão ser criados.

O SR. CLODOMIR MILET — Discredo frontalmente da opinião de V. Exa. É facilímo, a essa altura, organizarem-se outros partidos. Para melhor esclarecimento de V. Exa. declaro: não existe nenhum eleitor até hoje, neste País, fichado em qualquer agremiação política. Os partidos que estão organizados não precisaram de ficha de eleitor para regularizarem a sua situação eleitoral.

Todo o eleitorado está virgem no País, de qualquer assinatura em ficha de Partido político, menos de vinte milhões de eleitores votaram na última eleição. Basta a assinatura de cerca de um milhão e oitocentos mil eleitores, em dois terços dos Estados do Brasil, para que o requerimento de criação de um Partido político possa ser recebido no Tribunal Superior Eleitoral.

O Sr. Aurélio Vianna — É fácil isto?

O SR. CLODOMIR MILET — É facilímo.

O Sr. Aurélio Vianna — Facilímo?

O SR. CLODOMIR MILET — Não é possível que um Partido que se queira organizar ou uma força política que se queira estruturar em termos de Partido não possa conseguir 7% do eleitorado em cada Estado, do eleitorado que tenha votado na última eleição. Não do eleitorado que estava inscrito para votar, mas do eleitorado que votou.

Por exemplo: nas últimas eleições votaram quase um milhão e oitocentos mil eleitores enquanto o eleitorado total do país hoje vai a cerca de vinte e cinco milhões. Assim, o número de eleitores necessário à organização de um Partido político corresponde a apenas 7% do eleitorado em condições de votar neste país.

Veja V. Exa. que não é fácil. No meu Estado, por exemplo, votaram duzentos mil eleitores. Para se organizar um Partido político bastaria obtermos 7% dos que votaram, ou sejam, quarenta e sete mil eleitores.

E isso, absolutamente, seria impossível ou difícil de obter — ao contrário, seria facilímo. E assim nos demais Estados.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. me desculpe mas esta facilidade é uma fantasia. Sabe V. Exa. que não é fácil. A dificuldade resulta da exposição que V. Exa. acaba de fazer em seu discurso. Basta que se assinale isto, meu nobre colega: enquanto não ficar esclarecido, pelo Poder Judiciário ou pelo Poder Legislativo, que é fundação de novos Partidos não impõe, originariamente, a presença de um número mínimo de Deputados e Senadores, é quase impossível formar uma nova agremiação.

O SR. CLODOMIR MILET — Estou argumentando com a lei.

O Sr. Josaphat Marinho — É a situação como ela se apresenta.

O SR. CLODOMIR MILET — Permite V. Exa. que conclua o meu pensamento. Estou figurando o caso da Lei ou da instrução do Superior Tribunal Eleitoral ter regulamentado a matéria. Estou provocando o Tribunal Superior Eleitoral.

O Sr. Josaphat Marinho — Vou ao encontro de V. Exa. É outra fantasia porque V. Exa. sabe V. Exa. sabidamente, que é muito atilado — que o Poder Executivo não permite que a maioria vote esta lei.

O SR. CLODOMIR MILET — Eu não sei.

O Sr. Josaphat Marinho — Sabe.

O SR. CLODOMIR MILET — Não sei porque, até agora, a liderança do



Partido de V. Exa., nesta e na outra Casa, não apresentou projeto de lei ao que eu saiba, para regulamentar os dispositivos constitucionais que tratam da criação, do funcionamento e da extinção dos partidos políticos.

O Sr. Josaphat Marinho — Sabem os seus ilustres colegas. O Poder Executivo não permite, por mais que lutemos para fazer esta lei que facilite, efetivamente, o cumprimento do pluripartidarismo. E tanto não permite que o Governo está agora manipulando a solução da sublegenda, através da qual o que se quer é a imoralidade de manter, sob uma mesma legenda partidos opostos entre os V. Exas. não ignora, também, que dentro da ARENA funcionam, como partidos autônomos, a UDN, o PSD e os do PTB que para lá foram, e os dos partidos menores, que estão constituindo seu bloco e o fazem legitimamente. O que se quer manter é a anomalia de uma legenda sob a qual se abriguem partidos diversos. Por que? Porque o que interessa ao Poder Executivo é manter a desunião dentro do partido, desde que todos os desunidos pedem a não poder federal. E isto vai ao encontro dos interesses de muita gente que brigam nos Estados mas não quer perder o calor do sol federal. Esta a verdade que precisa ser dita.

O SR. CLODOMIR MILET — A outra verdade é que o partido de V. Exa., como partido, não se interessa pela criação de novas agremiações. Se nesta Casa, diz V. Exa., o Governo não vai permitir a passagem de uma lei que possibilite a organização de novos partidos eu poderia retrucar, dizendo que o Governo vai mandar uma mensagem com prazo pré-fixado de tramitação, porque V. Exas. da oposição estavam embarcando a tramitação normal do projeto que institua a sublegenda.

O Sr. Josaphat Marinho — Combatemos a violência da urgência e contamos com o apoio de V. Exa.

O SR. CLODOMIR MILET — Permite V. Exa. que eu conclua.

Se V. Exas. podem, como oposição, impedir a tramitação de um projeto apoiado pela força da própria liderança do nosso partido, o nosso partido também poderá embarcar uma proposição saída dos quadros do partido de V. Exas.

E o jogo político. Entretanto, não quer dizer que o Governo Federal esteja impedindo a criação de novos partidos. Digo mais não se pode saber se isso iria realmente acontecer porquanto o projeto não foi sequer apresentado por nós ou pelo Partido de V. Exa.

O Líder do nosso partido, nesta Casa, Sr. Filinto Müller, todos os dias faz declarações no sentido da criação de novos partidos. A interpretação minha pois considera que a apreensão de S. Exa. é mais ampla do que sentação das listas de eleitores só é exigida nos termos da Constituição, depois de organizado o novo partido. Mas, não trouxe a esta Casa projeto para que o Congresso se pronunciasse sobre a ideia que sustenta e defende.

Da mesma forma o Partido de V. Exas. não está querendo tomar a iniciativa e não se trata de responsabilizar cada um por isso, mas a responsabilidade é dos partidos. Somos dois e queremos ficar sendo apenas dois. Do nosso lado, queremos fazer sublegenda para acomodarmos, diz V. Exa. Estou de acordo. E V. Exas. não querem sublegenda porque pretendem conseguir o mesmo resultado por outras maneiras, procurando fazer naturalmente, que cessem os conflitos cu que se aceitem as divergências, que os há, no MDB também. Mas, a verdade é esta que deve ser proclamada. Não existem ainda novos partidos ou possibilidade de criação de novos partidos, porque forças políticas organizadas mantêm o monopólio e querem ficar

sozinhas. Nem a Frente Ampla interessa-se, por enquanto na formação de novos partidos políticos, tanto que prefere continuar sendo um movimento a se estruturar como partido.

Basta que V. Exa. vá, através do delegado eleitoral do seu partido, reclame do Tribunal Superior Eleitoral a regulamentação imediata da Lei Orgânica dos Partidos com as modificações estabelecidas na Constituição e logo tudo se esclarecerá.

O Sr. Josaphat Marinho — Não quero que daqui parta reclamações no Poder Judiciário, mas que nos cumpramos o nosso dever, votando as leis que facilitem efetivamente a criação de novos partidos. Não tenho responsabilidade de liderança e não pelo meu partido, mas como conheço o pensamento da totalidade dos colegas, antecipo a V. Exa. que qualquer lei que vier, nesta ou na outra Casa do Congresso, visando a facilitar a criação de novos partidos, tem o apoio unânime e decidido do MDB. O MDB não é contra a sublegenda porque se queira manter monopólio. E contra esse sistema de sublegenda como está sendo proposto pelo Governo, porque o sistema de sublegenda que se pretende instituir permanentemente é uma burla à Constituição, é uma forma de deturpar o sistema representativo.

O SR. CLODOMIR MILET — Se V. Exa. quiser fazer valer a sua tese ou, pelo menos, provocar o pronunciamento da autoridade mais alta a respeito da matéria, eu sugiro — está aí esse não complementar que estabeleceu a sublegenda — perguntar ao Supremo Tribunal Federal se o Ato está válido ou não. É uma fórmula, porque não podemos continuar no impasse. De um lado as forças políticas majoritárias impedem, diz V. Exa., qualquer lei que facilite a organização dos Partidos.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador, o Executivo, desde a Revolução até agora, de fato proíbe a existência de mais de dois partidos. E se um partido deseja reorganizar-se usando a mesma sigla que tinha no passado, V. Exa. sabe que todos os obstáculos serão colocados, evitando que isto aconteça. Por exemplo, se o Partido Socialista Brasileiro tentasse ressurgir com o seu antigo nome, não teria possibilidade de fazê-lo. Se o Partido Trabalhista Brasileiro tentasse ressurgir com o nome que tinha no passado, também não seria possível fazê-lo; o mesmo diria do ex-partido de V. Exa., do Partido Social Progressista e, assim por diante. Digo a V. Exa. o seguinte: as condições para a criação de novos partidos são de tal natureza que se tornou impraticável esta criação. Não somos nós, do MDB, que impedimos V. Exa. sabe o que era a União Democrática Nacional — um movimento. Não quis que o movimento se extinguisse e transformou-o em partido com este nome. Da União Democrática Nacional saiu o Partido Social Progressista, a que V. Exa. pertenceu saiu a esquerda democrática, saiu o Partido Republicano e diversos outros Partidos. Por que? a lei propiciava que isto acontecesse.

Hoje, um grupo de homens que tiver uma ideologia, que tiver princípios e tentar organizar um partido social democrático, neste País, não poderá fazê-lo, porque as condições estabelecidas o impediriam. Este é que é o fato.

O SR. CLODOMIR MILET — Quero declarar a V. Exa. que está errado, redondamente errado. Não vim aqui polêmizar, discutir, fazer crer que V. Exas. não querem isto por conveniência própria. Vim dizer que há um erro. De nossa parte estou confessando, não interessa a criação de outros partidos.

Do lado de V. Exas. está acontecendo a mesma coisa.

O Sr. Josaphat Marinho — De nossa parte há interesse em que se criem novos partidos. Somos pelo pluripartidarismo verdadeiro.

O SR. CLODOMIR MILET — Vou terminar, Sr. Presidente, lendo o Artigo 149 da Constituição, que diz:

Art. 149. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

II — personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos.

III — atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidade ou partidos estrangeiros;

IV — fiscalização financeira;

V — disciplina partidária.

VI — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais;

Este último dispositivo já está sendo invocado para que os diretórios nacionais não possam estar intervindo nos Estados.

"VII — Exigência de dez por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles, bem assim dez por cento de deputados em pelo menos, um terço dos Estados e dez por cento de senadores;

VIII — Proibição de coligações partidárias".

Pois bem. Quando a Constituição diz que a organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos serão regulados por lei federal, não quer dizer que a lei que está em vigor tenha que ser declarada nula, sem valor, para que outra lei se faça. Continua não contrariar a Constituição.

O que diz a lei atual? No art. 7º, diz o seguinte:

(Le)

"O partido político constituir-se-á, originariamente de, pelo menos, 3% do eleitorado que votou na última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuído em 11 ou mais Estados com o mínimo de 12 em cada um".

Basta alterar o art. 7º. Onde se diz 3% diga-se 10%. Onde se diz 11 Estados, diga-se 2/3 dos Estados. Onde se diz 3% em cada Estado, diga-se 7% em cada Estado.

Adiante, a lei estabelece o seguinte:

"Extinção dos partidos políticos Art. 47. Ainda se cancelará o registro do partido que não satisfizer às seguintes condições:

I — Apresentação de provas ao Tribunal Superior Eleitoral, no prazo improrrogável de 12 (doze) meses, contados da data do seu registro de que constituiu legalmente diretórios regionais em pelo menos, 11 (onze) Estados";

II — Eleição de 12 Deputados Federais distribuídos por sete Estados. Nessa parte, substitua-se por "eleitos..."

Nessa parte, substitua-se por eleição de 10% dos Deputados e Senadores na última eleição, e elimine-se a composição da votação obtida pelo Partido, pois a Constituição disso não cogita.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite-me, Sr. Senador Milet...

O SR. CLODOMIR MILET — Senhor Presidente...

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador, Milet, creio que V. Exa. está atendendo os apertes que estão quando ao seu discurso. Para

Exa. e bastante que o Senado e Câmara votem a lei, calçada — não pode deixar de ser — na Constituição, obediente aos princípios

princípios que a Constituição traça, para estar resolvido o problema da criação de novos partidos neste país. C.

tranqueza, Senador Milet. O que estamos declarando é que esses princípios que V. Exas. estabeleceram

incluíram na Constituição não permitam — não somos nós, do MDB

a criação de partidos políticos com ideologia própria, para que desante

de uma maioria que tem certos e terminados princípios que quase n

distinguem os partidos existentes

campo ideológico. E isso que estamos fazendo. V. Exa. afirma que

culpa de não haver uma lei que permita a organização de novos partidos

políticos é da Oposição. Se a Oposição quiser, a lei será votada a esta

liquidação a questão. Votada a lei, o

Tribunal Eleitoral regulamentará assunto, adotando os princípios da

Constituição a lei atual e está resolvido o problema. Então, Senador, não

nos, quando os partidos quiserem. O nobre Senador!!

O SR. CLODOMIR MILET — Compreenda bem, Sr. Senador Aurélio Vianna, que não é V. Exa. que

vai fazer um partido. O ponto de vista que V. Exa. defende para organização daquilo que seria o partido

que lhe conviria, é um, mas está falando para todo o mundo.

O Sr. Aurélio Vianna — Para o grupo.

O SR. CLODOMIR MILET — O grupo que se organiza. Pensa, então

V. Exa. que, se uma lei for votada ou se o Tribunal Superior Eleitoral

baixar instruções regulamentando o apenas a lista de eleitores, na

criação dos partidos políticos, exigim

possam aparecer grupos interessados em compor e organizar um partido

político?

Não se poderia organizar um partido político se, por exemplo, a lei

estabelecesse que para a sua organização seria necessário que deputados

e senadores, se filiassem, de logo, a essa organização. Ai sim, não se poderia

organizar partido político.

Mas isso é um absurdo e não podemos argumentar com o absurdo.

Os partidos que já existem têm seus Deputados eleitos por eles.

Como admitir que um partido fosse composto de Deputados transfusos

logo de saída, de elementos que sairiam desse partido, eleitos por outra

legenda, para formarem novo Partido?

Não, Srs. Senadores. Estou dizendo que a existência, na organização dos

partidos políticos, quanto ao número de deputados e senadores, é assegurada

na eleição que se realizar posteriormente ao seu registro.

Isto é que precisa ser definido ou numa lei ou numa decisão do Tribunal

competente.

E' o único ponto em que há divergência entre nós, ao que parece, porque

quanto às listas de eleitores, como eu disse, não há dificuldade alguma

em organizá-los. Ao passo que realmente, seria ainda deputados e senadores

do partido, eleitos por eles, antes que o mesmo existisse e tivessem

podido concorrer às eleições.

Resolva-se sobre essa parte e depois, então, veremos se pode ou não

organizar um partido político.

O SR. PRESIDENTE: (Aarão Steinbruch) — Lembro ao

nobre orador que seu tempo já está esgotado e que há outros oradores inscritos.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa.

me permite? (Assentimento do orador) — Apenas quero assinalar que

tomamos essa última parte de sua

exposição assim como que uma declara-

ão da ARENA de que não cabe re-  
tar a projeto de lei que visa a re-  
nhar condições para que se possam  
tornar possíveis.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Não  
pode tomar minhas declarações, ad-  
outamente, como assentimento pre-  
do da ARENA porque não estou ta-  
ando em nome do meu partido. Tanto  
que o próprio líder da ARENA, que  
refere a possibilidade de organiza-  
ção imediata de nossos partidos não  
apresentou projeto nesse sentido.

O Sr. **Josaphat Marinho** — Pois  
sua e a dificuldade.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Não.  
dificuldade e provocar quem tenha  
interesse na matéria porque, de nosso  
ado, asseguro a V. Exa. e tanto em  
meu nome pessoal, presgare, com  
meu voto, qualquer proposição que  
for apresentada visando a adaptação  
da Lei Orgânica a Constituição. Co-  
o, se V. Exas. não querem fazê-  
o, podem pleitear do Tribunal Supe-  
rior Eleitoral — e o faço agora,  
nesta tribuna, uma definição urgente  
obre os pontos controversos e a  
mediata elaboração de instruções que  
exerem a organização, o funciona-  
mento e a extinção dos partidos polí-  
ticos.

O Sr. **Aurélio Vianna** — Vou levar  
essa proposição de V. Exa. ao Gabi-  
nete do MDB.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Pois  
não. Provoca o seu Partido. Infor-  
ne-se no Tribunal Superior — En-  
fim, cuide-se de fazer a lei ou obter  
que o Tribunal baixe as instruções.  
rs. Senadores Josaphat Marinho e  
Aurélio Vianna se houver a lei ou se  
houver instrução do Tribunal Elei-  
toral, posso garantir a V. Exas. que  
sairão outros partidos e V. Exas. não  
irão mais cuidado com a Frente  
Ampla na hora em que esta extra-  
sará da sua atividade de sociedade  
cultural ou litero-cultural...

O Sr. **Aurélio Vianna** — Mas quem  
está preocupado com a Frente Am-  
pla é o Partido de V. Exa. Nem pen-  
se V. Exa. Isso.

O Sr. **Josaphat Marinho** — Não se  
preocupe V. Exa. com a Frente Am-  
pla. Nós já contamos com o apoio de  
V. Exa. para modificar a legislação  
rigente.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Não  
me negarei a colaborar. Estou dando  
a minha opinião e procurando de-  
monstrar que não é difícil passarmos  
de dois a três, quatro ou mesmo a  
cinco partidos políticos. E só querer.  
Por que não se experimenta?

O Sr. **Josaphat Marinho** — E nós  
já estamos contando com o apoio de  
V. Exa.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Digo  
a V. Exa. na hora em que houver um  
projeto que trate da matéria aqui, eu  
o discutirei com a mesma sinceri-  
dade, com meus parcos conhecimen-  
tos e trabalharei para que seja vota-

da para que saia a lei. E daí meu  
voto contrário se essa lei vier no sen-  
tido do que V. Exas. estão pregando,  
ou seja, de que é preciso Deputados e  
Senadores para se organizar um parti-  
do.

O Sr. **Josaphat Marinho** — Ne-  
m um de nós está pregando isto. Ci-  
tamos o dispositivo da Constituição  
para assinalar que, enquanto isso não  
for esclarecido, a facilidade apontada  
por V. Exa. é uma fantasia. Nós  
somos a favor de que "não se exija,  
antecipamos. Agora, vamos ver quem  
vota neste sentido.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Com  
a melhor boa vontade substituo o tér-  
mo "pregando" por "admitindo". Ad-  
mitindo com coisa do Governo, como  
coisa nossa, que a nossa intenção  
fosse essa. A nossa intenção não é  
essa.

O Sr. **Josaphat Marinho** — Deveria,  
ser sempre assim, a nossa vontade  
prevalecer aqui e não a de outrem.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Não,  
não é a vontade de V. Exas, nem a  
nossa. Deve ser apurada a média de  
votação.

O Sr. **Josaphat Marinho** — Quando  
digo nossa, meu nobre colega, digo do  
Parlamento, incluindo V. Exa. Mas  
o que é preciso é que prevaleça a  
nossa vontade, a nossa do MDB, a  
nossa da ARENA e não a imposição  
de terceiros.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — E'  
a nossa vontade, a vontade do Con-  
gresso, do Poder Executivo, de todos  
enfim, para que de forma de vota-  
ções, da obra comum, se possam ti-  
rar os resultados que consultem me-  
lhor aos interesses do povo e do país.

Se se dá ao Executivo o direito de  
sancionar uma lei ou de vetar uma  
lei, está-se dando a esse Poder o di-  
reito de manifestar a sua opinião...

O Sr. **Josaphat Marinho** — Atra-  
vés do veto, não através da pressão  
sobre parlamentares.

O Sr. **CLODOMIR MILET** — Sou  
muito grato pela intervenção de V.  
Exa. e termino. Sr. Presidente, di-  
zendo: sou contra a vinculação dos  
votos além do que está na lei. Sou a  
favor da constitucionalidade das sub-  
legendas, dependendo da maneira por  
que for redigida a lei. Sou contra a  
vinculação do voto com sublegendas.  
Sou a favor de uma proposição que  
permita, imediatamente, a organização  
de novos partidos políticos. Sou a fa-  
vor de que se consulte o Tribunal Su-  
perior Eleitoral — e já fiz apelo desta  
tribuna para que seja definido o pon-  
to de vista da Justiça Eleitoral, em  
face do que prescreve a Constituição,  
na parte em que modifica a atual Lei  
Orgânica dos Partidos Políticos.

E' o que penso, Senhor Presidente,  
é a minha opinião. Senhoras Sena-  
dores, sobre matéria de tal relevân-  
cia que tanto vem empolgando os  
meios políticos. (Muito bem. Muito  
bem)

#### PORTARIA Nº 42, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das  
atribuições que lhe confere o artigo  
51, letra "J", nº 2, do Regimento In-  
terno e de acordo com o disposto na  
Resolução nº 8, de 1963, resolve des-  
ligar do Gabinete do Líder da Mino-

ria Haroldo Teixeira Motorista, —  
PL-10, mandando constar em seus as-  
sentamentos os elogios formulados  
por aquela Liderança.

Secretaria do Senado Federal, em  
29 de março de 1968. — *Dinarte Ma-  
riz*, 1º Secretário.

### ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do  
estudo e parecer do Projeto  
de Lei nº 10, de 1968 (CN),  
que "Dispõe sobre a utiliza-  
ção facultativa dos Serviços  
de Despachantes Aduanei-  
ros."

3ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA  
28 DE MARÇO DE 1968

As 10 horas da tarde de 28 de março de  
1968, na Sala da Comissão de Finan-  
ças do Senado Federal, sob a presi-  
dência do Senhor Senador José Er-  
mírio de Moraes, Presidente, presen-  
tes os Senhores Senadores Milton  
Trindade — Alvaro Catão — Luiz de  
Barros — Menezes Pimentel — José  
Leite — Raul Guberti — Fernando  
Correia — Aurélio Vianna — Edmun-  
do Levi — Ruy Carneiro e os Senho-  
res Deputados Cicero Dantas —  
Wanderley Dantas — Leon Perez —  
Manoel Rodrigues — Martins Júnior  
— Clóvis Stenzel — Lisboa Machado  
— Humberto Lucena — Athiê Coury  
— Erasmo Pedro e Adylio Vianna,  
reune-se a Comissão Mista incumbi-  
da do estudo e parecer do Projeto de  
Lei nº 10, de 1968 (CN) que "Dispõe  
sobre a utilização facultativa dos ser-  
viços de despachantes aduaneiros".  
É lida e aprovada a ata da reu-  
nião anterior.

O Senhor Presidente declara que,  
havendo número legal, está aberta a  
sessão e passa a palavra ao Depu-  
tado Leon Perez que é seu parecer  
ao Projeto em pauta, concluindo pela  
sua aprovação na forma do Substitu-  
tivo que apresenta.

Antes de abrir a discussão do pa-  
recer, comunica o Sr. Presidente que  
se encontra sobre a Mesa um requie-  
rimento de autoria do Deputado  
Martins Júnior, solicitando que a  
Reunião passe a ser Secreta. A fim  
de encaminhar a votação, usam da  
palavra o Sr. Senador Aurélio Vian-  
na e o Deputado Humberto Lucena  
contra a aprovação do requerimento.  
O Sr. Deputado Martins Júnior  
contradita os oradores citados, ex-  
pondo as razões do seu requerimento.  
Posto em votação, é o requerimento  
rejeitado por 18 votos contra dois,  
fazendo declarações de voto o Se-  
nhor Ruy Carneiro e Deputados Leon  
Perez e Manoel Rodrigues.

O Senhor Presidente comunica que  
está em discussão o parecer do Re-  
lator. Pela ordem, falam os Deputados  
Adylio Vianna, Raymundo Padilha,  
Senador Aurélio Vianna e Deputado  
Humberto Lucena, que após fazer  
uma longa exposição sobre o parecer,  
comunica que se o Deputado Erasmo  
Martins Pedro, autor da preliminar  
da inconstitucionalidade do Projeto  
de Lei nº 7, de 1968 (CN) sobre ma-  
téria idêntica, não a renovar enca-  
minhará à Mesa um requerimento  
neste sentido. O Deputado Erasmo  
Martins Pedro pede a palavra e ex-  
põe as razões que o levaram a não  
realizar esta renovação. O Deputado  
Humberto Lucena encaminha o re-  
querimento mencionado.

O Sr. Presidente põe em votação  
a preliminar da inconstitucionalida-  
de do Projeto, sendo rejeitado, ven-  
cidas as bancadas do M. D. B. no Se-  
nado e na Câmara.

O Sr. Presidente comunica que es-  
tá em votação o parecer do Relator  
favorável às emendas de números,  
10 — 20 e 32, que é aprovado por  
unanimidade; passa-se à votação do

parecer sobre as emendas considera-  
das prejudicadas que é aprovado, sal-  
vo os destaques e subemendas enca-  
minhadas à Mesa; em votação o pa-  
recer contrário as emendas de nú-  
meros 11 — 13 — 14 — 15 — 17 —  
18 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 —  
27 — 30 — 31 — 34 — 41 — 42 —  
43 — 44 — e 45, salvo os destaques e  
subemendas.

Em votação, contra o voto do  
Deputado Humberto Lucena é apro-  
vado o parecer sobre as emendas com  
subemendas.

O Sr. Presidente informa que vai  
se passar à votação dos requerimen-  
tos de destaque.

Em votação o pedido de destaque  
à emenda nº 11, de autoria do Sena-  
dor Aurélio Vianna. Para encami-  
nhar a votação fala o seu autor, sen-  
do em seguida contraditado pelo Re-  
lator.

Pela ordem, pede a palavra o Depu-  
tado Humberto Lucena, comunicando  
que entregará à Mesa um pedido de  
destaque para a emenda nº 44, de sua  
autoria e que é idêntica à emenda nú-  
mero 11, sendo somente de âmbito  
mais amplo, e que, nestas condições,  
solicitava à Mesa, que nusesse em  
votação em primeiro lugar o seu pedi-  
do de destaque, com a queda autori-  
zação do Sr. Aurélio Vianna. Com a  
aquiescência deste, é posto em vota-  
ção o pedido de destaque, do Depu-  
tado Humberto Lucena, para a emen-  
da nº 44. É a emenda rejeitada por  
15 votos contra 6, vencidos os Sena-  
dores Edmundo Levy e Ruy Carneiro  
e a bancada do MDB da Câmara, fa-  
zendo declaração de voto o Senador  
Alvaro Catão.

Passa-se a votação do pedido de  
destaque para a emenda nº 11, de  
autoria do Senhor Senador Aurélio  
Vianna, que é rejeitada por 12 votos  
contra 9, vencidos os Senadores Mil-  
ton Trindade, José Leite, Aurélio  
Vianna, Edmundo Levy e Ruy Car-  
neiro e a bancada do MDB da Câ-  
mara.

Em votação o pedido de destaque  
do Deputado Humberto Lucena para  
a emenda nº 19, emenda de redação.  
Para encaminhar a votação fala seu  
autor. O Sr. Relator dá parecer fa-  
vorável, sendo a emenda aprovada  
por unanimidade.

Em votação o pedido de destaque  
do Deputado Erasmo Martins Pedro  
para a emenda nº 31, para encami-  
nhar a votação fala o autor do des-  
taque, que é contraditado pelo Re-  
lator, que mantém seu parecer contrá-  
rio à emenda. É aprovada a emen-  
da por 10 votos contra 3.

Em votação o pedido de destaque  
de autoria do Deputado Humberto  
Lucena para a emenda nº 45. A emen-  
da é rejeitada por 13 votos contra 6.

São retirados os pedidos de desta-  
que para as emendas ns. 18 e 30 pe-  
lo seu autor. Deputado Humberto Lu-  
cena.

O Sr. Presidente comunica que vai  
se passar à votação das subemendas  
encaminhadas à Mesa.

Em votação a subemenda nº 1, à  
emenda nº 11, de autoria do Senador  
Aurélio Vianna. Para encaminhar a  
votação fala o Senador Aurélio Vian-  
na, que é contraditado pelo Relator  
que dá parecer contrário à subemen-  
da. É a subemenda aprovada por 11  
votos contra 7, fazendo o Deputado  
Manoel Rodrigues declaração de vo-  
to.

Em votação a subemenda nº 2 de  
autoria do Deputado Adylio Vianna,  
que usa da palavra para encaminhar  
a votação. Com parecer favorável do

### SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

#### ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

##### PORTARIA Nº 39, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das  
atribuições que lhe confere o artigo  
51, letra "J", nº 2, do Regimento In-  
terno e de acordo com o disposto na  
Resolução nº 8, de 1963, resolve, des-  
signar para o Gabinete do Vice-Lí-  
der do Governo, os seguintes funcio-  
nários:

Continuo — Antônio Luiz da Ro-  
cha, Ajudante de Porteiro, PL-7.

Motorista — Mércio Cecílio, Moto-  
rista, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em  
27 de março de 1968. — *Dinarte Ma-  
riz*, 1º Secretário.

##### PORTARIA Nº 40, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das  
atribuições que lhe confere o artigo

51, letra "J", nº 2, do Regimento In-  
terno e de acordo com o disposto na  
Resolução nº 8, de 1963, resolve, des-  
ligar do Gabinete do Presidente da  
Comissão de Segurança Nacional, —  
como Secretária, a Oficial Legislati-  
va, PL-5, Eclá Assis Cunha.

Secretaria do Senado Federal, em  
28 de março de 1968. — *Dinarte Ma-  
riz*, 1º Secretário.

##### PORTARIA Nº 41, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das  
atribuições que lhe confere o art. 51,  
letra "J", nº 2, do Regimento In-  
terno e de acordo com o disposto na Re-  
solução nº 8, de 1963, resolve desig-  
nar para o Gabinete do Vice-Líder  
da Aliança Renovadora Nacional, —  
João Soares da Costa, Auxiliar de  
Portaria, PL-10, para as funções de  
Continuo.

Secretaria do Senado Federal, em  
28 de março de 1968. — *Dinarte Ma-  
riz*, 1º Secretário.

Relator, é a subemenda aprovada por aclamação.

Informa o Sr. Presidente que, terminada a votação dos desenhos das emendas e subemendas encaminhadas à Mesa, visto as de nºs. 3, 4 e 5 terem ficado prejudicadas, vai submeter a votos o substitutivo do Relator. O Substitutivo é aprovado com as modificações aprovadas pela Comissão e que nele serão inseridas, tornando com restrições, nos termos das declarações de voto apresentadas, o Senador Alvaro Catão.

O Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Bragança, a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

### Comissão Mista para estudo dos problemas Agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 1968

As quinze horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano, José Ermirio, João Abrahão e José Leite e o Senhor Deputado Breno da Silveira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Luiz Braga, Rozendo de Souza, Alberto Hoffmann e Nadir Rosseti.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente apresenta a Comissão o Sr. Antônio Ewaldino Inojosa de Andrade, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, a quem dá a palavra para explanar inicialmente os planos e as realizações daquele órgão.

Após agradecer à Comissão o convite para comparecer, o Sr. Depoente faz prolongadas considerações sobre a produção, distribuição e consumo das matérias afetadas ao seu Instituto, exibindo gráficos demonstrativos e citando as cifras exatas do problema, destacando ainda a política de fixação de preços que vem adotando.

Em seguida, o Sr. Presidente dá a palavra ao Senhor Senador José Ermirio, primeiro inscrito na lista dos inquisidores do Sr. Depoente, formulando diversas perguntas sobre os assuntos que motivaram a convocação do Sr. Antônio Ewaldino Inojosa de Andrade.

Em suas respostas ao Senhor Senador José Ermirio, o Sr. Depoente é auxiliado pelo Assessor Homer Monte Alegre, depois de devidamente autorizado pelo Sr. Presidente.

Em seguida, o Senhor Senador Carlos Lindenberg formula questões sobre o I. A. A., todas respondidas pelo Sr. Depoente.

O Sr. Presidente, em prosseguimento, dá a palavra ao Senhor Senador João Abrahão, que declara estarem todas as suas indagações já respondidas pelo Senhor Ewaldino Inojosa, ao atender às indagações anteriores.

Tece ainda considerações sobre a atividade do I. A. A., parabenizando a atual administração do órgão.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado

Breno da Silveira, Relator, que apresenta ao Sr. Depoente diversas perguntas, principalmente no tocante à construção do terminal de açúcar e melado, na cidade de Recife.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece em nome da Comissão a presença do Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, ressaltando a precisão com que se conduziu em todo o período dos trabalhos e determina que o apanhamento taquigráfico da Reunião, tão logo decifrado, seja publicado no Diário do Congresso Nacional, Seções I e II, como anexo da presente Ata.

E, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário lavrei esta Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 1968

As dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano, José Ermirio, João Abrahão e os Senhores Deputados Luiz Braga, Nadir Rosseti e Breno da Silveira, reúne-se a Comissão Mista para estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Comparece, ainda, o Senhor Senador Atilio Fontana.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Alberto Hoffmann e Rozendo de Souza.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

O Sr. Presidente dá por abertos os trabalhos e convida a tomar assento na mesa dos trabalhos o Senhor Benedito Fonseca Moreira, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a quem dá a palavra.

Inicialmente o Sr. Depoente diz da honra com que recebeu o convite para comparecer ante este Órgão do Poder Legislativo e procede a uma explanação sobre as atividades da CACEX, abordando as condições atuais da balança de importação e exportação do Brasil, ressaltando que nas próximas safras de quase todos os produtos serão obtidos resultados excelentes.

Em seguida, terminada a exposição inicial do Sr. Presidente da CACEX, é concedida a palavra ao Senhor Senador José Ermirio, que formula uma série de quesitos sobre a política, os planos e a realidade das exportações e importações em nosso País, obtendo prontas respostas do Sr. Depoente, que lança mão de dados para ilustrar seus pronunciamentos.

O Senhor Benedito Fonseca Moreira tem ainda, oportunidade de responder a perguntas dos Senhores Deputados Breno da Silveira, Luiz Braga e Senadores Atilio Fontana, José Feliciano e Carlos Lindenberg.

Finalmente, o Sr. Presidente formula ao Depoente os esclarecimentos da Comissão pela clareza e precisão com que respondeu as indagações bem como pelo modo como vem se conduzindo à frente de um Órgão da importância da Carteira de Comércio Exterior.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente determina que o apanhamento taquigráfico da Reunião, tão logo decifrado, seja publicado em anexo da competente Ata, no Diário do Congresso Nacional, seções I e II e declara encerrada a Reunião.

E, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente

Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 1968

As dez horas e dez minutos do dia vinte e um de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano, José Ermirio e João Abrahão e os Senhores Deputados Breno da Silveira e Nadir Rosseti, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Luiz Braga, Alberto Hoffmann e Rozendo de Souza.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente apresenta a Comissão o Senhor Antônio Flávio de Lima, Secretário de Agricultura de Goiás, a quem dá a palavra.

O Depoente procede a uma exposição, em linhas gerais, da situação do seu Estado no que se refere à agropecuária, destacando os mercados disponíveis, safras previstas e problemas com impostos e outros, revelando ainda os planos para sanar as dificuldades ora encontradas.

Destaca, no setor de produção, a atual safra de arroz, que deverá ser a maior dos últimos anos, superior inclusive à do Rio Grande do Sul, apesar de ser o cereal deste estado o que consegue colocação efetiva nos mercados externos.

Faz menção, ainda, a situação da lavoura algodoeira do município goiano de Santa Helena, onde é alcançado um dos maiores índices de produtividade.

Em seguida, o Sr. Presidente após declarar aberto o prazo para formulação de perguntas ao Depoente, concede a palavra ao Senhor Senador José Ermirio que formula uma série de questões, recebendo resposta a todas de pronto.

Arguem também o Depoente os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano e Deputado Breno da Silveira, este como Relator da Comissão.

O Sr. Presidente comunica ao Senhor Secretário de Agricultura do Estado de Goiás que é intenção deste Órgão visitar também regiões da aquela Unidade da Federação, esclarecendo então o Sr. Depoente que, em nome do Governador de Seu Estado, estava convidando a Comissão para uma visita oficial, sugerindo os dias 19 e 20 de maio, quando se realiza a grande Festa do Algodão de Santa Helena.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece ao Depoente os esclarecimentos prestados e determina que tão logo decifradas as notas taquigráficas da Reunião, sejam as mesmas remetidas ao Senhor Secretário de Agricultura de Goiás e publicadas, em anexo, no Diário do Congresso Nacional, Seções I e II, como parte integrante da Ata.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 1968

As dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano, José Ermirio

e José Leite e os Senhores Deputados Luiz Braga e José Mandelli, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudos dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Comparecem ainda os Senhores Senador Alvaro Catão e Deputado Sinval Boaventura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Abrahão e Deputados Rozendo de Souza, Alberto Hoffmann e Breno da Silveira.

É dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente participa à Comissão que, em virtude de comunicação nos termos regimentais, passa a fazer parte da mesma o Deputado José Mandelli, que substitui o Senhor Deputado Nadir Rosseti na banca do M. D. B. Comunica ainda que em virtude da ausência por motivo de força maior do Senhor Deputado Breno da Silveira, Relator da Comissão, a Presidência deliberou designar o Senhor Deputado José Mandelli para Relator Substituto, enquanto durar o impedimento do titular.

Em prosseguimento, o Senhor Presidente convida a tomar lugar a Mesa dos Trabalhos o Senhor Deputado Herbert Victor Levy, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo convidado a prestar esclarecimentos sobre as atividades agropecuárias naquela Unidade da Federação.

Recebendo a palavra, o Sr. Secretário procede à explanação sobre as atividades e planejamento agrícola e de pecuária em seu Estado, detendo-se nos números relativos às safras e à produção em geral.

Destaca a política adotada de proteção ao lavrador e ao criador, o que tem trazido os melhores resultados, tanto na qualidade quanto na quantidade da produção agropecuária.

Expõe as linhas mestras do concurso de produtividade agrícola promovido em São Paulo, com os melhores resultados entre os agricultores em geral, e aborda o problema do abastecimento de carne, analisando as causas das deficiências observadas.

Em seguida, terminada a exposição do Sr. Depoente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermirio para iniciar a inquirição.

Terminadas as perguntas do Senhor Senador José Ermirio, o Sr. Presidente dá a palavra aos Senhores Senadores José Feliciano e Alvaro Catão e Deputados Luiz Braga e José Mandelli, respectivamente, para a formulação de quesitos, que são todos atendidos com as respostas do Sr. Secretário de Agricultura de São Paulo.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece ao Senhor Deputado Herbert Levy, Secretário de Agricultura de São Paulo, a presença ante a Comissão, enaltecendo-lhe a experiência, a inteligência e a cultura evidenciadas nas respostas.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente determina que as notas do apanhamento taquigráfico, tão logo decifradas, sejam publicadas no Diário do Congresso, Seções I e II, em anexo à competente Ata e encerra a Reunião.

E, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### ATA DA 8ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 1968

As quinze horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de março de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, José Feliciano, —



sé Ermírio, João Abrahão e José de e os Senhores Deputados Luiz Aguiar, Roberto de Souza e José Landelli, reúne-se a Comissão Mista cumbida de estudo dos problemas pecuários e seus reflexos na economia nacional.

Comparecem ainda os Senhores deputados Fernando Magalhães e Senadores Atílio Fontana e Lino de Mattos.

Em vez de comparecer, por motivo de impedimento, os Senhores Deputados Roberto Hoffman e Breno da Silveira.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente comunica a presença na Co-

missão do Senhor Roberto Selmi-Dei, atendendo a convite formulado pela Presidência, e dá a palavra ao Depoente.

O Senhor Roberto Selmi-Dei inicia sua explanação destacando o aspecto de pioneirismo da suinocultura altamente especializada, com todos os requisitos da técnica moderna, posta em prática na fazenda de Araraquara, e passa a historiar a experiência dos criadores de porcos do País.

Fornece detalhes sobre raças, formação de plantéis e aproveitamento industrial da carne suína.

Terminada a parte expositiva do depoimento do Senhor Roberto Sel-

mi-Dei, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermírio, para a formulação de perguntas ao Sr. Depoente.

Fazem também indagações os Senhores Senadores Atílio Fontana e José Feliciano e o Senhor Deputado Luiz Braga.

As dezessete horas e trinta minutos é suspensa a reunião, para que os Srs. Senadores possam ir ao Plenário, sendo os trabalhos reabertos às dezessete horas e quarenta e seis minutos.

Em prosseguimento, usa da palavra o Senhor Senador José Feliciano, formulando perguntas ao Senhor

Depoente, que responde de forma considerada plenamente satisfatória pelo arguinte.

Finalizando, o Sr. Presidente ressalta a figura firme e vitoriosa do Sr. Roberto Selmi-Dei, cuja presença agradece, e determina que as notas taquigráficas da Reunião, tão logo decifradas, sejam publicadas no Diário do Congresso Nacional, Seções I e II, como anexo da Ata.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constatar, eu, Mário Nelson Duarte Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**M E S A**

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)  
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

**DA ARENA**

Líder — Filinto Müller (MT)  
 Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)  
 Petrónio Portia (PI)  
 Manoel Villaga (RN)  
 Antônio Carlos SC)

**DO MDB**

Líder — Aurélio Vianna (GB)  
 Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)  
 Adalberto Sena (ACRE)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama  
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTE
Arnon de Mello	José Leite
Domicio Gondim	José Guomard
Paulo Torres	Adolpho Franco
João Cleofas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Aloysio de Carvalho

**MDB**

Nogueira da Gama	José Ermirio
Josaphat Marinho	Mário Martins
Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.	
Reuniões: Quartas-feiras, a tarde.	
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.	

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermirio  
 Vice-Presidente: João Cleofas

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTE
José Feliciano	Atílio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleofas	Benedicto Valladares
Teotônio Vilela	Adolpho Franco
Milton Trindade	Sigifredo Pacheco

**MDB**

José Ermirio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Mário Martins
Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.	
Reuniões: Terças-feiras, a tarde.	
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ney Braga  
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTE
Ney Braga	José Leite
Antônio Carlos	Eurico Rezende
Melo Braga	Benedicto Valladares
Arnon de Mello	Carvalho Pinto
Atílio Fontana	Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Mário Martins	Edmundo Levi
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.	
Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.	
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

13 Membros

Presidente: Milton Campos  
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

**ARENA**

**SUPLENTE**

TITULARES	SUPLENTE
Milton Campos	Alvaro Maia
Antônio Carlos	Lobão da Silveira
Aloysio de Carvalho	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Arnon de Mello
Wilson Gonçalves	Julio Leite
Petrônio Portela	Menezes Pimentel
Carlos Lindenberg	Adolfo Franco
Paulo Sarasate	Filinto Müller
Clodomir Millet	Daniel Krieger

**MDB**

Antônio Balbino	Arthur Virgílio
Bezerra Neto	Argemiro de Figueiredo
Josaphat Marinho	Nogueira da Gama
Edmundo Levi	Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Abrahão  
 Vice-Presidente: Julio Leite

**ARENA**

**SUPLENTE**

TITULARES	SUPLENTE
José Feliciano	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Melo Braga
Petrônio Portela	Teotônio Vilela
Atílio Fontana	Jose Leite
Julio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Manoel Villaga	Fernando Corrêa
Wilson Gonçalves	Adolfo Franco

**MDB**

João Abrahão	Bezerra Neto
Aurélio Vianna	Oscar Passos
Adalberto Sena	Sebastião Archer
Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Junior — Ramal 245.	
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.	
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.	

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto  
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

**ARENA**

**SUPLENTE**

TITULARES	SUPLENTE
Carvalho Pinto	José Leite
Carlos Lindenberg	João Cleofas
Julio Leite	Duarte Filho
Teotônio Vilela	Sigifredo Pacheco
Domicio Gondim	Filinto Müller
Leandro Maciel	Paulo Torres
Atílio Fontana	Adolpho Franco
Ney Braga	Antônio Carlos

**MDB**

Bezerra Neto	José Ermirio
Edmundo Levi	Josaphat Marinho
Sebastião Archer	Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Menezes Pimentel  
 Vice-Presidente: Mem de Sá

**ARENA**

**SUPLENTE**

TITULARES	SUPLENTE
Menezes Pimentel	Benedicto Valladares
Mem de Sá	Antônio Carlos
Alvaro Maia	Sigifredo Pacheco
Duarte Filho	Teotônio Vilela
Aloysio de Carvalho	Petrônio Portela

**MDB**

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO**(11 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Antônio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimaraes  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João AbrahãoAdalberto Senna  
Antônio Balbino  
José ErmírioSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Guimaraes  
Petrônio Villela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José ErmírioOscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Atílio Fontana  
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Petrônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite  
José Cândido  
Arnon de Mello  
Leandro Maciel  
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino  
Nogueira da GamaRuy Carneiro  
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela  
Domício Gondim  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio  
Josaphat MarinhoJoão Abrahão  
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimaraes  
Benedicto Valladares  
Petrônio Villela**MDB**Josaphat Marinho  
José ErmírioSebastião Archer  
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE POLÍCÃO DAS SÉCAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Ruy Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Petrônio Villela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel**MDB**Ruy Carneiro  
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna  
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio  
Aurélio Vianna  
Mari MartinsAntônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antônio Carlos  
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.



**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA**
**TITULARES**

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Aloysto de Carvalho  
Antônio Carlos  
Mem de Sa  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Fernando Corrêa  
Arnon de Mello  
José Cândido

**SUPLENTES**

Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Teotônio Villela  
Mello Braga  
José Feliciano  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Mário Martins  
Aurêlio Vianna  
Oscar Passos

Bezerra Neto  
João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: Manoel Villaga

**ARENA**
**TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet

**SUPLENTES**

Júlio Leite  
Milton Trindade  
Ney Braga  
José Cândido  
Lobão da Silveira

**MDB**

Adalberto Senna  
Sebastião Archer

Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tórres  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA**
**TITULARES**

Paulo Tórres  
José Guimard  
Lobão da Silveira  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Domicio Gondim  
Manoel Villaga  
Ney Braga

**MDB**

Oscar Passos  
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo  
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Arnon de Melo

**ARENA**
**TITULARES**

Eurico Rezende  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Melo  
Paulo Tórres  
José Guimard

**SUPLENTES**

José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos  
Petrônio Portela  
Leandro Maciel

**MDB**

Ruy Carneiro  
João Abrahão

Adalberto Senna  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Sebastião Archer

**ARENA**
**TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Melo  
Domicio Gondim  
João Cleofas

**SUPLENTES**

Paulo Tórres  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
José Guimard  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Sebastião Archer  
Pessoa de Queiroz

Mário Martins  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Millet

**ARENA**
**TITULARES**

José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Millet  
Alvaro Maia  
Milton Trindade

**SUPLENTES**

Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco  
Manoel Villaga

**MDB**

Edmundo Levi  
Oscar Passos

Adalberto Senna  
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.